

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Isabella Braz Antonello

**O VOTO JOVEM OPTATIVO NAS ELEIÇÕES DE 2022
E OS SINTOMAS DA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL**

Porto Alegre
2023

Isabella Braz Antonello

**O VOTO JOVEM OPTATIVO NAS ELEIÇÕES DE 2022
E OS SINTOMAS DA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de curso de graduação, apresentado ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González

Porto Alegre
2023

Isabella Braz Antonello

**O VOTO JOVEM OPTATIVO NAS ELEIÇÕES DE 2022
E OS SINTOMAS DA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL**

Monografia submetida ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito básico para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais, e aprovado em sua forma final por esta conceituada Banca Examinadora, obtendo o conceito A.

Porto Alegre, 06 de setembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS)
(Orientador)

Profa. Dra. Jennifer Azambuja de Moraes
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS)

Prof. Dr. Bernardo Mattes Caprara
Departamento de Sociologia (UFRGS)

CIP - Catalogação na Publicação

ANTONELLO, Isabella Braz
O VOTO JOVEM OPTATIVO NAS ELEIÇÕES DE 2022 E OS
SINTOMAS DA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL / Isabella
Braz ANTONELLO. -- 2023.
69 f.
Orientador: Rodrigo Stumpf GONZÁLEZ.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Voto optativo. 2. Jovens. 3. Socialização
política. 4. Cultura política. 5. Democracia. I.
GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À educação pública e de qualidade que recebi no Instituto Federal Sul-rio-grandense — Câmpus Santana do Livramento, e aos meus estimados Professores, sem os quais eu nunca conquistaria as bases afetivas, psicológicas e cognitivas para alcançar minha tão almejada busca em cursar Licenciatura em Ciências Sociais na UFRGS, e, talvez, um dia conseguir ser para meus alunos a Professora que eles foram para mim.

Ao Diretor do IFSul-SL, e meu professor querido, Dr. Celso Gonçalves, que possibilitou a pesquisa no IF e me apresentou ao Prof. Dr. Vamberto Spinelli, que me recebeu e a quem guardo grande estima. À Beatriz, coordenadora da Escola General Neto, que prontamente abriu as portas me deixou à vontade para realizar a pesquisa com os alunos. Obrigada; que a gentileza de todos vocês seja infinitamente retribuída.

À quem tenho a honra em chamar de orientador, Dr. Rodrigo Stumpf González, que além de referência na Ciência Política, é um grande Professor, que me ensinou teorias e metodologias como eu nunca havia aprendido antes; sem abrir mão da humildade e paciência para me ensinar, passo a passo, as funções mais simples para realizar este trabalho, desconhecidas pelo meu conhecimento limitado. Muito obrigada Professor, sou realizada por ter sido acompanhada pelo senhor neste momento tão importante.

Ao Prof. Dr. Bernardo Caprara e à Prof^a Dra. Amanda Machado, que me possibilitaram uma experiência tão rica e produtiva no Programa de Residência Pedagógica em Sociologia, por me apresentarem e personificaram a grandeza do encontro entre o conhecimento teórico rebuscado com o compromisso e a prática educativa.

Ao meu irmãozinho Giordano, por ter sido o meu melhor amigo desde que nasceu, e por ter me dado forças para que a saudade e a solidão não me fizessem desistir de chegar até o fim, e de buscar novas conquistas e condições melhores para nós sempre.

À minha mãe, Irene Braz, professora e a primeira da família a cursar ensino superior, que nos criou, alimentou e educou sozinha; possibilitou meus estudos, me auxiliou como pode em toda jornada, e nunca me deixou desamparada.

Ao meu companheiro Baltazar, que esteve ao meu lado, mesmo distante, durante todo esse processo. Pelos milhares de km rodados para estar aqui, e por todo afeto quando a distância nos separava. Obrigada, Ba.

À minha amiga Luara, pessoa admirável e do bem, me faz acreditar na amizade e nas pessoas; minha confidente e ponto de paz. Contemos sempre uma com a outra.

*“Não há educação para a libertação, cujos sujeitos atuem coerentemente, que não seja imbuída de forte senso de responsabilidade. O antagonismo não se dá entre a prática educativa para a libertação e a prática educativa para a responsabilidade. **O antagonismo se verifica entre a prática educativa, libertadora, rigorosamente responsável e a autoritária, antidemocrática, domesticadora.**”*

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso propõe um estudo do voto jovem optativo nas eleições gerais de 2022, por meio de uma análise focada na cultura e na socialização política. O problema central da pesquisa é: quais as motivações para o voto jovem optativo nas eleições gerais de 2022? O estudo justifica-se na medida em que as pesquisas na Ciência Política demonstram uma apatia generalizada dos jovens em relação às instituições políticas democráticas brasileiras, que as consideram ineficientes e desconhecem suas próprias funcionalidades; e que a regra da obrigatoriedade ainda é fator importante para o comparecimento dos cidadãos para a participação mínima no regime democrático, o voto. Portanto, o estudo sobre as motivações de jovens que optaram, espontaneamente, por exercerem o voto optativo nas eleições gerais de 2022, onde a disputa foi marcada pela polarização ideológica, disseminação de fake news e ataques às instituições democráticas e ao sistema eleitoral, pode fornecer elementos importantes para entender como está se dando a socialização política dos jovens e quais fatores estimulam a participação política destes. Para realizar o estudo e responder o problema apresentado, adotou-se uma metodologia quantitativa, a partir do método de pesquisa tipo *survey*. Aplicou-se um questionário estruturado nos alunos de 16 e 17 anos de duas escolas no município de Santana do Livramento (RS), sendo uma da rede pública estadual e outra da rede federal de ensino. Os dados foram analisados a partir de um estudo comparativo. A pesquisa indicou que a internet atuou como fator indutivo ao voto jovem devido ao acirramento da corrida eleitoral nas redes sociais, à polarização política e a adoção da pauta eleitoral por influenciadores e celebridades; indicou, também, que a principal agência socializadora ainda é a família, porém, quando a escola favorece a discussão política ela pode atuar em maior grau na socialização política dos jovens e estimular uma socialização política horizontal, na medida em que os jovens dialogam sobre política com professores e colegas. A pesquisa indicou que quando a escola não estimula a conversa sobre política, os jovens apresentam menor conhecimento funcional das instituições e tendem a buscar informações em outros meios, sendo mais influenciados pela internet. Todavia, a maior participação dos jovens, por influência da internet, não demonstra uma socialização política com promoção de valores favoráveis à emergência de uma cultura política democrática, demonstrando que as novas gerações acompanham mesmos padrões comportamentais das gerações anteriores, de baixa satisfação com o regime e desconfiança nas instituições políticas, com fortes traços de autoritarismo e intolerância, retroalimentando a cultura política híbrida e uma democracia inercial. A escola é entendida como meio capaz de modificar este cenário, e possibilitar aos jovens uma educação digna, que os eduque para a democracia e para a cidadania ativa, por meio do reconhecimento de seus direitos básicos, do empoderamento para superar suas dificuldades, para contestar e participar politicamente em defesa de seus ideais.

Palavras-chave: Voto optativo. Jovens. Socialização política. Cultura política. Democracia.

ABSTRACT

This undergraduate final work proposes a study about the optional youth vote in the 2022 election process, through an analysis focused on political culture and political socialization. The central research problem is: which were the motivations for the young optative vote in the 2022 election process? The study justifies to the extent that the researches in Political Science demonstrate a generalized apathy about the democratic political institutions from the youth, for consider them inefficient and barely know their functionalities; and the obliged rule still means an important factor for citizens to participate in the minimum form of democracy, voting. Therefore, the study about the motivations of youths who spontaneously opted to exercise the optional vote in the 2022 elections, where the dispute was marked by ideological polarization, false news dissemination and attacks on democratic institutions and the electoral system, can provide important elements for understand the political socialization of youths, and witch factors stimulated their political participation. To realize the study and answer the research problem, a quantitative methodology was adopted, through the research method survey type. A structured quiz was applied to students with 16 and 17 years in two schools in the city of Santana do Livramento (RS), one from the state government education and other from the federal education. The data were analyzed from a comparative study. The research indicated that the internet was an inductive factor for the youth vote, because of the intensification of the electoral race on social medias, and the adoption of the agenda by celebrities and influencers; also demonstrate that the main socializing agency is still the family, although when the school act in favor of political discussion it can result in a higher level of political socialization, and also support an horizontal political socialization, as far as the youth discusses political subjects with their teachers and classmates. The research also indicates that when the school doesn't stimulate political discussion, the youth show less functional knowledge of institutions, tending to seek information in other media, and being more influenced by the internet. Still, the highest youth participation, influenced by the internet, doesn't show an political socialization among favorable values to the emergency of a democratic political culture, which shows that the new generations increase the same behaviors of the past generations, of low satisfaction of the system and distrust of the democracy institutions, with high traits of authoritarianism and intolerance, reinforcing a hybrid political culture and a inertial democracy. The school is understood as capable of modifying this scenario and provides dignified education, which teaches them for democracy and active citizenship, through the recognition of their basic rights, and the empowerment to beat their difficulties, to contest and exercise political participation in defense of their ideals.

Keywords: Optative vote. Youth. Political socialization. Political culture. Democracy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Renda mensal núcleo familiar.....	31
Gráfico 2 - Satisfação com a democracia.....	35
Gráfico 3 - Qual o maior problema do Brasil? 1º lugar.....	40
Gráfico 4 - Qual o melhor meio para se informar sobre política? (Soma).....	42
Gráfico 5 - Com quem você conversa sobre política? (Soma).....	43
Gráfico 6 - Uso da internet por faixa de renda (Soma).....	47
Gráfico 7 - Jovens que entraram em páginas/perfis para saber mais sobre política.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estímulo de conversa sobre política na escola.....	32
Tabela 2 - Percepção da melhor forma de governo.....	36
Tabela 3 - O que deve ser feito para que o Brasil melhore?.....	39
Tabela 4 - Percepção de críticas sobre o TSE.....	46
Tabela 5 - Socialização por influencers nas redes sociais.....	47
Tabela 6 - Motivações dos jovens que votaram.....	49
Tabela 7 - Motivações dos jovens que não votaram.....	51

LISTA DE SIGLAS

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

STF - Superior Tribunal Federal

IFSul - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense

NUPESAL - Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina

WVS - World Values Survey

ESEB - Estudo Sócio-Eleitoral Brasileiro

PL - Projeto de Lei

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 METODOLOGIA.....	15
3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	16
3. 1 Democracia, representatividade e voto: breve digressão.....	16
3. 1. 1 <i>Democracia à brasileira</i>	18
3. 1. 2 <i>Qualidade democrática</i>	17
3. 1. 3 <i>Democracia inercial</i>	19
3. 2 Capital social.....	20
3. 3 Cultura e socialização política.....	22
3. 3. 1 <i>Socialização política no Brasil</i>	24
3. 3. 1. 1 <i>Juventudes e educação</i>	25
3. 3. 2 <i>Internet: nova agência socializadora?</i>	27
3. 3. 2. 1 <i>Eleições 2022: a mobilização para voto jovem na internet</i>	29
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	30
4. 1 Contextualização do município e das escolas.....	30
4. 2 Perfil da amostra.....	30
4. 3 Socialização política na escola.....	31
4. 4 Percepções e satisfação com a democracia.....	34
4. 5 O papel das agências socializadoras.....	42
4. 6 Internet e socialização política.....	45
4. 7 Motivações e desmotivações para o voto jovem optativo.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	59
ANEXO - QUESTIONÁRIO DO SURVEY.....	65

1 INTRODUÇÃO

A cultura política de um país se dá pela forma em que normas e valores políticos são transmitidos e internalizados, ou seja, pela socialização política. A transmissão de valores e comportamentos políticos é um processo geracional, onde as inclinações mais duradouras são obtidas na infância e na juventude (Almond e Verba, 1963; Easton e Dennis, 1969; Schmidt, 2001; Baquero e González, 2011, Morais, 2017). O Brasil possui histórico de apatia e polarização política, e os jovens tendem a ser ainda mais indiferentes quando se trata das instituições políticas, considerando-as corruptas, ineficientes e possuindo pouco entendimento sobre suas funcionalidades (Moisés, 1995, 2008, 2010; Baquero 2001, 2003; González 2012, 2014a, 2014b, 2018, 2021b; Morais, 2017, 2018).

A apatia política gera a erosão da vida cívica e o declínio nos níveis de confiança na sociedade como um todo. O afastamento dos jovens, em especial, é ainda mais preocupante no viés da cultura política, pois a participação destes indica não apenas a natureza e a qualidade dos valores transmitidos pela socialização, mas, também a direção política do futuro de um país. O rechaçamento à política no Brasil acirrou-se na disputa presidencial de 2022, em um contexto atribulado onde as instituições democráticas — em especial o Poder Judiciário e o Tribunal Superior Eleitoral — sofriam constantes ataques e descrédito da população.

A partir do entendimento de que a forma mais básica de participação política no regime democrático representativo é o voto (Bobbio, 1984), e que as eleições operam como dispositivos pedagógicos para efeitos de socialização política, assim favorecendo uma cultura política democrática (Baquero e González, 2011), o estudo sobre as motivações do voto jovem optativo pode fornecer melhor entendimento sobre as motivações e aspectos que atuam como indutores do voto, possibilitando a identificação de mecanismos e/ou condicionamentos que podem vir a operar para o desenvolvimento e fortalecimento democrático das novas gerações.

O apoio às instituições políticas se dá pela memória positiva em relação a estas (Baquero e Morais, 2015). No Brasil, os jovens tendem a ser indiferentes às instituições políticas, por as considerarem pouco eficientes e representativas às suas demandas (Moisés, 2008, 2013; Baquero 2007, 2011, 2018, 2019, González 2014, 2018, Morais, 2017, 2018). Soma-se à isso o fato de que a juventude brasileira vem vivenciando um processo de degradação da política com os acontecimentos recentes: a Operação Lava-Jato, o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, e, após isso, com a eleição de um presidente de extrema-direita em 2018, 4 anos de um governo que constantemente criticava e ameaçava as instituições democráticas. Durante a campanha eleitoral de 2022, o contexto

atenuou-se pela massificação de um discurso golpista, onde o alvo das críticas da extrema-direita era o Tribunal Superior Eleitoral, mais especificamente, as urnas eletrônicas.

Em meio a críticas pondo em dúvida a segurança das urnas, uma onda de *fake news* reverberou no cenário brasileiro, juntamente da polarização extrema entre dois ex-presidentes como principais candidatos ao pleito e, conseqüentemente, o acirramento da disputa eleitoral nas redes sociais. Neste cenário, nas vésperas do fim do prazo para tirar o Título Eleitoral, o número de jovens inscritos era ainda mais baixo que nas eleições anteriores. Concomitantemente, nas redes sociais ocorre uma mobilização do TSE, de celebridades e *influencers* para estimular o voto jovem, e o número de alistamento cresce consideravelmente; as eleições de 2022 obtiveram comparecimento 31% maior que em 2018 dos jovens de 17 anos e 98% maior dos jovens de 16 anos.

Neste trabalho, utiliza-se a análise das eleições entendendo-as enquanto práticas cívicas capazes de atuar como dispositivos pedagógicos positivos à socialização política dos indivíduos, os quais, a partir do acúmulo de experiências, internalizariam práticas cívicas e democráticas, estimulando, assim, o engajamento político (González, 2012; Baquero e González, 2011). De acordo com González, “com a realização periódica de eleições, as pessoas teriam a oportunidade de experimentar a participação no processo político” (2014a, p. 18), o que deveria gerar apoio e satisfação ao regime democrático ao longo dos anos.

As pesquisas comportamentalistas na Ciência Política têm demonstrado que os brasileiros veem as eleições e a prática de votar como aspecto principal da democracia (Moisés, 1995; 2008; 2010). Todavia, a permanência de aspectos culturais como o patrimonialismo e o clientelismo impedem que os avanços na institucionalização formal do processo eleitoral resultem em consolidação ideológica e valorativa para os cidadãos. Nota-se que o personalismo ainda é grande catalisador de votos, quando não o fator da regra de obrigatoriedade¹. De toda forma, o processo eleitoral ainda é a instituição com promoção de maior grau de engajamento, possibilitando o estudo do efeito e demonstração do grau de socialização política (Baquero e González, 2011).

Dados do Estudo Sócio-Eleitoral Brasileiro (ESEB 2002, 2006, 2010 e 2014) demonstram que, consecutivamente, mais de 60% dos entrevistados afirmavam a importância do voto² como influenciador dos rumos do país. Paradoxalmente, acima de 40% também afirmavam que não votariam caso não fosse obrigatório. Dessa forma, num país

¹ Em estudo sobre os efeitos das eleições na socialização política, Baquero e González (2011) constataram que, mesmo que simbolicamente, a regra de obrigatoriedade surte grande efeito na participação dos brasileiros nas eleições.

² Os estudos com o público infantojuvenil corroboram as constatações, Martins (2012) demonstra que 74% percebem a democracia como a capacidade de escolher representantes.

com histórico de apatia política, em especial dos jovens, onde a obrigatoriedade do voto é um mecanismo que ainda surte grande efeito para o comparecimento eleitoral, com polarização ideológica, amplo ataque midiático (principalmente nas redes sociais) às instituições democráticas contendo discursos de descrédito no sistema eleitoral brasileiro, houve um aumento de 51% dos jovens em situação de voto optativo. Nessa toada, justifica-se o estudo sobre as motivações do voto optativo no Brasil. Dessa forma, este trabalho busca responder o problema de pesquisa: quais as motivações dos jovens de 16 e 17 anos que optaram por exercer o voto optativo nas eleições gerais de 2022?

Buscando entender tais motivações, elaborou-se um questionário a ser aplicado em 2 escolas públicas no município de Santana do Livramento (RS), sendo uma escola da rede estadual de ensino e uma da rede federal. São elas: Escola Estadual de Ensino Básico General Neto, e Instituto Federal Sul-Rio-Grandense - Câmpus Santana do Livramento. Os dados serão analisados comparativamente entre as duas redes de ensino, para melhor entendimento do problema de pesquisa. O objetivo geral deste estudo é entender as motivações que levaram jovens de 16 e 17 anos a exercerem o voto optativo nas eleições gerais de 2022, norteado a partir dos seguintes objetivos específicos: entender o papel das agências socializadoras para motivação do voto; averiguar se o contexto de polarização política incentivou a participação; explorar a influência de celebridades, *influencers* e da campanha de divulgação do TSE; identificar mecanismos e/ou condicionantes que podem mobilizar a participação política dos jovens.

A partir do entendimento que o estudo sobre as motivações do voto jovem optativo indica o grau da socialização política no país, a hipótese utilizada no trabalho é que o cenário de acirramento da disputa eleitoral nas redes sociais, sendo pautado por influenciadores digitais e com tentativas institucionais do Tribunal Superior Eleitoral para mobilizar os jovens pelas redes fez com que a internet se tornasse um potencial agente socializador, estimulando e impulsionando o voto dos jovens de 16 e 17 anos nas eleições de 2022, também influenciado pelo contexto extremamente polarizado, o qual estimulava o debate e posicionamento político.

O trabalho está dividido em 6 capítulos. Após a presente introdução, apresenta-se a metodologia adotada. A seguir, explana-se o enquadramento teórico utilizado a partir de 10 subcapítulos, onde são abordados os fundamentos de democracia abordados, aspectos da democracia brasileira, os estudos sobre qualidade democrática, o conceito de democracia inercial; a abordagem do capital social na Ciência Política; a conceitualização de cultura e socialização política, contextualização sobre a socialização política no Brasil, com

considerações sobre a relação entre juventudes e educação; por fim, o papel da internet enquanto nova agência socializadora; e o contexto das eleições de 2022 e a mobilização para o voto jovem. No capítulo 4 realiza-se a análise dos dados obtidos a partir de 7 subcapítulos, divididos em: contextualização do município e escolas; perfil da amostra; socialização política na escola; percepções e satisfação com a democracia; agências socializadoras; internet e socialização política; e motivações e desmotivações para o voto jovem optativo. O capítulo 5 apresenta as considerações finais do trabalho.

2 METODOLOGIA

A pesquisa de tipo *survey* foi realizada em duas escolas públicas, sendo uma da rede estadual de ensino, e a outra da rede federal. A Escola Estadual de Ensino Básico General Neto conta com 14 turmas no Ensino Médio, com média de 22 alunos por turma. O Instituto Federal-Sul-Rio-Grandense faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e o Câmpus Santana do Livramento possui 16 turmas de Ensino Médio Integrado, com média de 16 alunos por turma. Os dados foram coletados nos dias 10, 11, 12 e 13 de julho de 2023. Foi aplicado um questionário estruturado de elaboração própria com 22 questões de múltipla escolha, 6 tabelas e 6 questões abertas para respostas espontâneas. Todos os questionários foram aplicados pessoalmente pela autora, e preenchidos manualmente pelos próprios alunos.

Aplicou-se a metodologia quantitativa, com método de pesquisa tipo *survey*. As questões foram formuladas para buscar variáveis e tendências relacionadas à socialização política desses jovens, utilizando cultura política enquanto instrumento analítico para o estudo, sob o entendimento de que suas variáveis contribuem para a explicação do comportamento dos indivíduos. Com o intuito de possibilitar que os jovens se expressem espontaneamente sobre assuntos específicos, haviam questões de respostas abertas para que eles externassem suas opiniões. As respostas espontâneas obtidas foram analisadas qualitativamente, sistematizadas por afinidade e algumas delas foram transcritas a partir da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2009).

Cabe ressaltar que o questionário foi aplicado em todos os alunos que estavam presentes e se disponibilizaram a preencher o questionário. Posteriormente, para a análise dos dados, filtrou-se para o estudo apenas os questionários preenchidos por aqueles estudantes que possuíam 16 ou 17 anos em 2 e 30 de outubro de 2022³. Os dados obtidos

³ Em relação aos alunos do IFSul - Câmpus Santana do Livramento, também foram excluídos os questionários aplicados com alunos uruguaios, pois o câmpus é binacional.

serão analisados a partir do método comparativo, comparando as duas escolas de redes de ensino diferentes, as quais, embora públicas, oferecem condições de trabalho e qualidade de ensino extremamente distintas uma da outra. O método comparativo prioriza identificar funções explicativas e justificativas, e buscar relações de causalidade entre as variações, para explicar e compreender fenômenos (González, 2008). Segundo Bulcourf (2008, p. 59), “el acto de comparar trae consigo el juego dialéctico del autoreconomiento de lo propio en la diferencia”.

3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

3. 1 Democracia, representatividade e voto: breve digressão

Em 1835, no clássico *A Democracia na América*, Tocqueville afirmara que a estabilidade democrática necessitava de hábitos de solidariedade e espírito público entre os concidadãos, onde apenas por meio do associativismo poderiam alcançar a continuidade da autonomia e liberdade individual que o sistema democrático propõe (Tocqueville, 2005). Nas democracias modernas, a participação cidadã requer a institucionalização da ação contínua das leis, mas, também, costumes de associação e participação, que devem se solidificar ao longo do tempo (Cremonese, 2014).

Propondo uma definição clara e capaz de aferir distinção garantida para as duas — antagônicas — formas de governo, Norberto Bobbio estabelece o conceito mínimo para a democracia como um “conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos” (BOBBIO, 1986, p. 17). Dessa forma, as normas constitucionais que atribuem o direito à tomada de decisão, no caso da democracia representativa, o voto, é entendido pelo filósofo político como o pressuposto para a institucionalização e a convivência democrática. Nas suas palavras, “não são exatamente as regras do jogo: são regras preliminares que permitem o desenrolar do jogo” (Bobbio, 1986, p. 19) — no caso, da democracia.

Carole Pateman caracteriza a democracia enquanto método político pelas eleições livres e periódicas, meio pelo qual pode-se controlar e fazer-se influente perante às elites representativas. Por isso mesmo, a participação eleitoral age pedagogicamente para “aquisição de práticas de habilidades e procedimentos democráticos” (1992, p. 61), gerando interferências psicológicas e comportamentais que auxiliam no desenvolvimento da capacidade de intervenção política cidadã.

3. 1. 1 Democracia à brasileira

Ao abordar-se o regime democrático brasileiro, deve-se pontuar a cultura ambígua e contraditória (Andrade, 2019 [1928]) marcada pela influência da colonização portuguesa e da economia escravista, fatores que a estruturaram através da herança cultural do patriarcalismo (Freyre, 2003 [1933]), e do personalismo (Holanda, 1936), com a ínfima distinção entre público e privado — espaços estes que se entrelaçam pela constante busca de, cordialmente, encontrar um “jeitinho” (DaMatta, 1986) para adentrar ao espaço pessoal.

Ademais, a cultura brasileira é demarcada por estruturas econômicas e sociais como a modernização incompleta, a estratificação social e as relações de dependência — que do império dos coronéis migraram à república com o clientelismo nas diferentes esferas da federação (Leal, 1946) — resultando numa evolução do Estado brasileiro a partir do capitalismo politicamente orientado, onde o setor privado é dependente de benéfcies do poder público, e os agentes do Estado atuam como mediadores dessa dependência. Tais características atenuaram o caráter patrimonialista (Faoro, 2001 [1959]) como aspecto central para entendimento da estruturação brasileira, onde a burocracia e a relação racional-legal não são auto suficientes, mas atua por meio de práticas intervencionistas de cooptação (Schwartzman, 2007 [1981]), impedindo, assim, a eficácia de um regime democrático representativo.

3. 1. 2 Qualidade democrática

Segundo Moisés (2013)⁴, a democracia eleitoral foi consolidada no Brasil pela presença de eleições, onde o processo de escolha é dependente da massa dos cidadãos, sob o entendimento de que as eleições são indispensáveis para um regime democrático. No entanto, eleições *per se* não garantem a instauração de uma democracia que garanta a universalidade dos princípios democráticos. De acordo com Moisés e Meneguello (2013), as instituições políticas brasileiras possuem tradição frágil e descontínua por nascerem de estruturas autoritárias. Em estudo comparativo sobre a qualidade da democracia brasileira e as perspectivas para sua consolidação, José Álvaro Moisés constatou que a democracia eleitoral foi consolidada no Brasil. Porém, como em muitos outros países que adotaram o

⁴ O desafio da maioria das eleições democráticas. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (org). A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: Editora USP, 2013.

regime na América Latina, a questão que emergia na ciência política não era mais a existência ou não da democracia enquanto regime político, mas a sua qualidade.

Ao analisar a evolução do regime brasileiro em diferentes períodos da redemocratização, Moisés (1995, 2008, 2010) detectou uma série de paradoxos, incongruências e contradições na cultura política brasileira. O estudo comparativo demonstrou o crescente apoio abstrato ao regime, onde a maioria dos brasileiros o considera como a melhor forma de governo, porém apoiaria, em certos casos, regimes autoritários; além da baixa satisfação com a democracia real, juntamente à pouca confiança nas instituições políticas. Ademais, os brasileiros indicaram possuir divergência entre o real e o abstrato, adentrando, em sua maioria, na categoria que Moisés criou para aqueles que permeiam entre democratas e autoritários: os ambivalentes, caracterizados por atitudes de tolerância à regimes autoritários, e pouca afeição pela democracia na sua forma real. exemplificado pelo fato de que as instituições com maior desconfiança são o parlamento e os partidos políticos. Um dado que demonstra o hibridismo da cultura política brasileira é que os brasileiros afirmam que a democracia é o melhor regime de governo, e identificam as eleições como pilar da democracia, mas não confiam nem apoiam as instituições democráticas (as quais são responsáveis, justamente... pelas eleições).

Esta série de dissidências entre as dimensões normativas e práticas levaram José Álvaro Moisés a constatar o baixo consenso sobre a democracia real, sendo a cultura política brasileira a que mais admite a divergência entre o abstrato e o concreto dentre as democracias emergentes na América Latina. Dessa forma, Moisés aponta um grande risco do uso da insatisfação da maioria da população como apoio à formas autoritárias de governo, atentando para o risco do uso dos baixos níveis de confiança e satisfação com as instituições democráticas para propiciar a erosão do sistema como um todo. Ademais, afirma a necessidade de reformas que combatam os elementos de corrupção sistêmica, que é o vício com maior percepção negativa dentre os brasileiros, e também chama atenção para que haja um trabalho que torne a democracia real algo mais próximo do que o seu conceito abstrato para a população.

Conforme abordado, a democracia eleitoral é consolidada pela realização de eleições livres e periódicas. Portanto, torna-se oportuno um breve apanhado sobre as três perspectivas predominantes sobre comportamento eleitoral: a perspectiva sociológica, onde as variáveis socioeconômicas, demográficas e ocupacionais ditam o comportamento; a psicológica, onde motivações atitudinais e percepções valorativas possuem maior peso; e a escolha racional, onde o voto é produto de ação realizada a partir de um cálculo racional de

interesses. Em suma, há convergência na Ciência Política de que o comportamento eleitoral dos brasileiros possui baixo nível informacional, e reforçado a cultura política híbrida e cética gera o fenômeno do personalismo eleitoral (Baquero, 1985 apud Borba, 2005).

3. 1. 3 Democracia inercial

O regime democrático brasileiro persiste concomitante à traços autoritários, de desigualdade e despolitização, onde as instituições, por suas insuficiências disfuncionais, não conseguem exercer papel de mediação entre Estado e cidadãos. A presença de práticas tradicionais na cultura brasileira, como o personalismo e o clientelismo, atuam como barreira para o desenvolvimento de virtudes esperadas à cidadania democrática, como engajamento político e confiança institucional e interpessoal. A estabilidade da democracia eleitoral no país, com a realização de eleições periódicas não gerou *empowerment* aos cidadãos, as pesquisas demonstram o efeito contrário: o aumento paulatino em sintomas de desconfiança e decepção para com a política na população (Baquero, 2003). O contexto brasileiro, onde mesmo em épocas de desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social permanece estagnado com alta desigualdade, aliado à uma cultura política híbrida que admite a democracia formal mas convive com vícios autoritários e antidemocráticos, levou o cientista político Marcello Baquero a caracterizar a democracia brasileira enquanto uma democracia inercial. De acordo com Baquero e González, “o princípio subjacente da inércia ocorre, portanto, quando um elemento se move em uma direção e outro elemento, que deveria também se movimentar na mesma direção, resiste, com a força do movimento na direção oposta” (2016, p. 494).

O desenvolvimento desigual e desarmônico entre os avanços formais e institucionais da democracia, ao mesmo tempo em que permeiam vícios do passado autoritário, inviabiliza a cidadania democrática da população e o bom funcionamento das instituições políticas, as quais incapacitadas e insuficientes para atender as demandas da população e atuar contra as desigualdades sociais e econômicas, acabam por produzir novos tipos de inconsistências. Segundo Baquero et. al. (2018, p. 92),

os avanços na direção de uma democracia plena não significaram, porém, uma ampliação de cidadania social. As elites são ricas, mas a população é pobre [...] Essa assimetria entre o econômico e o político produziu uma cultura política híbrida, sendo a cultura da democracia inercial um dos seus desdobramentos.

Um dado demonstrativo desse hibridismo é que a maioria da população acredita que a democracia é a melhor forma de governo, sendo consolidada pelo voto. Porém, um grande número afirma que se as eleições não fossem obrigatórias, não votariam — o que sugere

que as eleições, apontadas pelos brasileiros como fundamento da democracia, são mera formalidade. Baquero afirma que os cidadãos encontram-se incapacitados de perceber os mecanismos de deliberação enquanto uma forma de solucionar problemas, acabando por adotar uma posição de passividade perante às elites. De acordo com o cientista político, há a aceleração da degradação da vida social no Brasil pela insuficiência de recursos; e atenta que “a história recente tem mostrado que sociedades nessas condições dificilmente promovem o estabelecimento de culturas políticas participativas – ao contrário, caracterizam-se pela ineficiência, corrupção ou regimes despóticos” (Baquero, 2003, p. 85). A consolidação das instituições democráticas ao longo do período de redemocratização e os períodos de crescimento econômico não geraram empoderamento, tampouco foram capazes de alterar os índices de capital social favoráveis ao regime democrático no Brasil, caracterizando-se pela inércia de ser uma democracia de forma, porém, sem conteúdo.

3. 2 Capital social

Capital social é um conceito polissêmico, até mesmo nas Ciências Sociais. Neste estudo será utilizado o conceito trabalhado por Robert Putnam, em *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (1993), que introduziu o conceito na Ciência Política contemporânea, sob o foco de forma e qualidade das relações sociais. Para Putnam, a participação conjunta das decisões da vida cotidiana a partir de grupos associativos favorecem a formação de comunidades cívicas, que compartilham de confiança e expectativas mútuas, favorecendo a vida em sociedade. Em outras palavras, não refere-se a participar mais da política, mas simplesmente a participar mais (Putnam, 1993). Segundo o autor, a partir das relações sociais horizontais das comunidades cívicas, surge o capital social, possibilitado pelos laços de cooperação mútua e baseado em expectativas e confiança interpessoal, gerando benefícios públicos para a comunidade envolvida. Conseqüentemente, o capital social teria como subproduto a confiança entre os concidadãos, os quais em conjunto exerceriam maior e melhor controle das elites e representantes, assim melhorando a qualidade democrática de um país.

A partir da concepção de Putnam, a teoria do capital social passa a ser utilizada como fator positivo para o amadurecimento democrático, e objetiva compreender a relação entre as instituições políticas e a sociedade a partir da potencialização da participação social e da ação coletiva (Baquero e Baquero, 2007). Sob esse viés, o apoio e a eficiência da democracia como regime de governo precisa mais que instituições formais para

intermediação política com a sociedade e, conseqüentemente, para o bom funcionamento do regime: precisa, também, do apoio normativo a estas. Portanto, o capital social age como meio para materializar o esforço coletivo em busca de objetivos em comum, legitimando o regime democrático a partir do desenvolvimento das comunidades cívicas com características como confiança interpessoal, cooperativismo, compromissos mútuos e priorização do interesse coletivo (Morais, 2017). Entendido como fator imprescindível para a cooperação espontânea e, conseqüentemente, a formação de uma comunidade cívica que legitimaria o sistema democrático, o capital social atua por meio de “recursos que se esgotam se **não** forem utilizados” (Putnam, 2003, p. 179, grifo próprio).

De acordo com Moisés e Meneguelo (2013), a coesão social é fundamental para o funcionamento de sociedades complexas e desiguais. Mas, para chegar a níveis de cooperação mútua, os cidadãos precisam ter alguma previsibilidade sobre: o comportamento de seus pares; que as regras sejam respeitadas por todos; e, principalmente, que os valores comunitários sejam compartilhados pela comunidade, para que a partir da união de valores e interesses os indivíduos possam forçar as instituições a agir buscando cumprir tais objetivos. Portanto, para a estabilidade democrática há a necessidade de mais que instituições formais, mas de mecanismos de participação e representação que favoreçam o desenvolvimento de cidadãos críticos e atuantes, onde haja uma base de confiança institucional e interpessoal que legitime o sistema democrático.

Há pouco espaço para um cenário de cooperação e confiança mútua no Brasil, em decorrência da condição de vida precária da maioria da população e dos altos níveis de desigualdade social; impossibilitando a formação de capital social favorável à democracia. O apoio formal e abstrato dos brasileiros ao regime político, constatado por Moisés (1995, 2008, 2010) nas primeiras análises sobre a cultura política brasileira, demonstra-se ainda atual. Dados do último ESEB (2022) apontam os baixos índices de confiança nos partidos políticos e no Congresso Nacional: 15,8 e 30,2%, respectivamente. Ademais, os dados das últimas eleições também apontam que 65,9% dos entrevistados afirmam-se pouco ou nada satisfeitos com a democracia no Brasil; o que indica que o diagnóstico de uma cultura política híbrida e com baixos níveis de confiança nas instituições permanece estabilizado ao longo da maturidade do regime democrático brasileiro.

3. 3 Cultura e socialização política

Sob o entendimento de que a democracia precisa mais do que instituições formais para a intermediação política de um regime estável e eficaz, a análise de cultura política enquanto elemento determinante para estudar a estabilidade dos regimes democráticos foram conceituados na Ciência Política a partir do estudo feito em *The Civic Culture*, por Gabriel Almond e Sidney Verba, em 1963. A partir desse modelo teórico, busca-se a compreensão sistemática de comportamentos e orientações políticas por meio do foco cognitivo, afetivo, avaliativo e psicológico. Os cidadãos propensos à participação ativa na vida política, com níveis de conhecimento institucional e confiança interpessoal estariam mais aptos à construção de uma cultura política favorável a legitimar a democracia. Segundo Almond e Verba (1989), há três tipos de orientação política: cognitiva, responsável pelo conhecimento do sistema e instituições políticas; afetiva, referente aos sentimentos adquiridos pelo sistema e seus atores; e avaliativa, que são os julgamentos e opiniões sobre os processos políticos. A cultura política, portanto, refere-se à base normativa de apoio às instituições democráticas, originando-se por meio da socialização política — processo no qual normas e valores são internalizados ao longo da vida pelos indivíduos. Baquero e González (2011, p. 372) afirmam que a função da socialização política é

propiciar condições psicoculturais favoráveis à persistência do sistema; mas persistência inclui tanto estabilidade, quanto mudança, e a socialização não se confunde com a reprodução do *status quo*, na medida em que pode potencializar os elementos de instabilidade. A relevância teórica da pesquisa sobre cultura e socialização política está em buscar uma compreensão das condições de estabilização da democracia nas suas dimensões formal e societal, ou seja, indo além da perspectiva formalista, restrita aos marcos do liberalismo.

A socialização política refere-se ao processo de formação de condições atitudinais, adquiridas e transmitidas a partir das gerações. Ainda que, considerada um processo contínuo ao longo da vida, há congruência na interpretação de que na infância e juventude são adquiridas as inclinações mais duradouras. Almond e Verba (1989) afirmam que crianças que possuem espaço decisório na família e na escola tornam-se confiantes e seguras das suas ações na vida adulta, assim conscientes e aptas para influenciar em decisões mais abrangentes, como na política. Os estudos de socialização política no Brasil vão ao encontro dos prognósticos: a socialização infantil é determinante na solidificação de valores e crenças adquiridas no processo geracional, através da família e da escola. Em estudo sobre a socialização política de jovens, González (2015) identificou que as novidades institucionais da redemocratização brasileira não obtiveram êxito em mobilizar a juventude para participação democrática, por as considerarem pouco representativas.

Inovações institucionais, para serem eficazes, demandam uma população disposta a aderir-las. David Easton (1965) diferenciou o apoio político necessário para estabilidade de

um regime em dois tipos: apoio específico, resultado de avaliação satisfatória com a atuação do regime; e apoio difuso, atrelado à pré-disposições de lealdade favoráveis ao regime a longo prazo. Uma cultura política construída a partir de orientações democráticas da população, como respeito mútuo entre governantes e governados, é considerada condição *sine qua non* à uma cidadania ideal para manutenção e efetividade de um regime democrático. No Brasil há heranças patrimonialista, clientelista e autoritária, que aliadas ao histórico de interrupções autocráticas e a vícios sistêmicos, como a corrupção, atuam como fator impeditivo e repulsor do interesse de política pela população, em especial da população jovem, qual vivencia cenários de pobreza, desigualdade, e falta de perspectivas.

Inglehart e Welzel (2008) apontam que a inferência da mudança cultural (advinda da modernização econômica) geraria efeitos positivos para a democracia em maior escala do que o próprio regime pode gerar em relação à mudança de valores (González, 2012). Segundo Inglehart e Welzel, a modernização econômica traria consigo a substituição dos valores de sobrevivência por valores de auto-expressão, de busca de ideais, onde os indivíduos estariam livres para buscar suas preferências, e, por consequência, ter uma relação de autonomia frente ao regime democrático e as instituições formais de participação. Borba e Ribeiro (2010) em pesquisa sobre o nível de pós-materialismo na América Latina constataram que brasileiros com níveis elevados de pós-materialismo possuem associações positivas a maiores níveis de ativismo político e também de participação nos espaços representativos tradicionais e não convencionais, sugerindo que a teoria do desenvolvimento deve ser estudada a partir de especificidades nacionais, pois ao contrário das concepções de Inglehart e Welzel, os brasileiros com níveis pós-materialistas não superam as instituições clássicas de representação política — fato que os autores entendem como “algo promissor e favorável ao desenvolvimento democrático, pois indica a possibilidade de superação desse quadro de passividade e sujeição” (2010, p. 385).

Baquero e González (2011) atentam para o fato de que, no Brasil, o desenvolvimento econômico insuficiente para solução dos problemas materiais dos brasileiros gera a culpabilização da política, e que no imaginário social a avaliação do regime anda juntamente à avaliação de governos (que em sua maioria são avaliados negativamente), ou seja, o regime democrático só é apoiado se os resultados dos governos estiverem satisfazendo as demandas pessoais da população. Se, na perspectiva de Inglehart e Welzel (2008), o apoio à democracia estaria relacionado a solução das condições materiais, a situação do Brasil mostra-se preocupante, pois não há indicativos de que alguma parcela significativa da

população possa solucionar as condições materiais em curto prazo, permanecendo em busca dos valores de sobrevivência em detrimento dos valores de auto-expressão.

3. 3. 1 Socialização política no Brasil

A socialização política pode ocorrer de forma latente, ao atuar em função de fatores difusos no ambiente; e na sua de forma manifesta, agindo a partir da transmissão intencional e programada de atitudes e orientações (Schmidt, 2004⁵). Portanto, na infância e na juventude são adquiridas as disposições mais duradouras na socialização política dos indivíduos, onde as informações são recebidas e interiorizadas, e, assim, valores e padrões são reproduzidos. No Brasil, considera-se a família, os amigos, a escola e os meios de comunicação como as principais agências socializadoras. Segundo González (2018, p. 140), “as teorias da socialização tendem a reforçar a importância das vivências na infância e na juventude [...] com as mudanças de tecnologia, hoje se discute a importância de novos espaços, como as redes sociais e a internet”. A partir da teoria da cultura política (Almond e Verba, 1989), entende-se que jovens socializados em famílias e escolas com espaço de participação e reivindicação teriam melhores condições de, quando adultos, adquirir capital social positivo e atuar nos espaços decisórios de forma contestatória.

O sentimento de insatisfação, frustração e exclusão da juventude brasileira impede a construção de confiança social e reforça a apatia política, acompanhada da erosão da vida cívica (Putnam, 2003; Morais e Baquero, 2018). As instituições democráticas não logram em se aproximar minimamente dos jovens e estão longe de atender suas demandas, o que gera uma ansiedade social resultante no afastamento e percepções negativas do mundo político. Soma-se a tudo isso o fato de que a educação pública brasileira é deficiente em inculcar valores críticos e democráticos nos jovens, os quais não são ensinados se quer sobre a funcionalidade das instituições democráticas representativas. De acordo com Moisés e Meneguello (2013, p.1 5), “confiar em instituições supõe, então, conhecer, em alguma medida, a ideia básica ou a função específica atribuída a elas”. Com a redemocratização, os jovens tiveram o direito de escolher votar a partir dos 16 anos, mas esse direito não foi acompanhado por mecanismos educacionais que os preparem para a cidadania; e a instituição eleitoral por si só não logra efeitos de socialização positiva (González, 2012). A partir da teoria da cultura política (Almond e Verba, 1989) entende-se que orientações cognitivas são requisitos para gerar sentimentos e avaliações sobre o regime. No caso

⁵ In: Baquero [org.], 2004.

brasileiro, onde a maioria dos jovens possui conhecimento baixo ou inexistente sobre as funcionalidades democráticas, as expectativas de que eles estejam aptos para externar sentimentos e avaliações positivas às instituições democráticas demonstram-se inviáveis.

Em pesquisa de psicologia eleitoral feita com adolescentes realizada por Brasil et al. (2008), as frequências encontradas a partir das palavras “política” e “político” evocavam imagens negativas, atreladas à percepções de corrupção e desonestidade. Quando positivas, eram associadas ao desejo de mudança, mas, todavia, obstruída pelo sentimento de impotência e de ausência de controle sobre a realidade. De acordo com Baquero et al.,

No caso brasileiro, o crescente individualismo juvenil, por exemplo, não implicou um abandono das raízes coletivistas que fundam a sociedade brasileira: os jovens esperam que o Estado resolva os problemas sociais (e os seus, individuais). Idealizam que cada indivíduo é livre para pensar e agir de forma autônoma, como se as consciências individuais não fossem construídas socialmente. Este caldo de cultura encontrou guarida nas chamadas novas redes sociais, que facilitam a possibilidade de um falso diálogo em que cada indivíduo aparentemente pode falar o que quiser como se não houvesse mais intermediação política ou social (2018, p. 95) .

O conceito de socialização política enquanto instrumento de compreensão da relação entre jovens e política deve considerar a juventude enquanto fase preparatória e decisiva para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e avaliativo da vida política, podendo atuar como estímulo (ou não) para a construção de uma cultura política democrática e participativa. Demonstra-se oportuno pontuar observações sobre o público alvo deste estudo, os jovens.

3. 3. 1. 1 Juventudes e educação

A juventude, segundo Bourdieu, é apenas uma palavra. Parafraseando-o, “o reflexo profissional do sociólogo é lembrar que as divisões entre as idades são arbitrarias” (1983, p. 112). Segundo o sociólogo, a classificação entre jovens e velhos trata-se de, assim como o sexo, divisão de poderes e de papéis sociais, manipulados para reproduzir a ordem social. Luís Antônio Groppo define a juventude como uma representação simbólica, uma categoria (incoesa) social. Na Sociologia, atualmente fala-se sobre juventude(s), dada a relatividade em que a categoria pode vivenciar esta fase da vida, diferenciando-se de acordo com fatores demográficos como nacionalidade, gênero e classe social.

Em *O problema sociológico das gerações*⁶, Karl Mannheim admite a natureza polissêmica das gerações, e entende que o conceito deve ser estudado enquanto um tipo particular de situação social a partir de suas múltiplas peculiaridades, distinguindo-as enquanto fatos coletivos e grupos sociais concretos. Sobre a aplicabilidade biológica do

⁶ In: FORACCHI, M (org.). Karl Mannheim: sociologia. São Paulo: Ática, 1982. pp. 67-95

conceito, Mannheim afirma que “o fenômeno sociológico das gerações está baseado, em última análise, no ritmo biológico de nascimento e morte. Mas estar *baseado* num fator não significa necessariamente ser *deduzível* dele, ou estar implicado nele” (Mannheim, 1982, p. 72, grifos do autor).

Precedente aos estudos de socialização política, Émile Durkheim afirmara que o ser social, objetivo da educação, tinha como finalidade criar um novo homem através da socialização, fenômeno pelo qual insere-se na alma e no corpo dos jovens os estados físicos, intelectuais e morais exigidos pela sociedade política e social qual os rodeia. De acordo com Durkheim, cada tipo de sociedade possui uma educação que lhe é própria, e a instituição responsável por apresentar aos jovens as orientações que a sociedade espera deles é a escola. Nas suas palavras, “a cada nova geração, a sociedade se encontra em presença de uma tábula quase rasa sobre a qual ela deve se construir novamente” (2011, p. 55). A partir da socialização “o indivíduo só busca as qualidades que à primeira vista parecem tão espontaneamente desejáveis quando a sociedade o incita nesta direção. E ele as busca da maneira que ela lhe prescreve” (Ibid. p. 58).

Na visão de Pierre Bourdieu, o sistema de ensino legitima a exclusão das classes populares a partir de mecanismos de conservação social, conferindo distinção e poder às classes dominantes. Segundo o sociólogo contemporâneo, a ação pedagógica nada mais é que a imposição da cultura dominante, que atua por meio da dupla função da escola: inculcação e reprodução (Bourdieu e Passeron, 1992). Os autores afirmam, ainda, que a imposição da legitimação da cultura dominante ocorre por meio da interiorização “numa medida variável, [de] disciplinas e censuras que servem tanto melhor aos interesses, materiais ou simbólicos, dos grupos ou classes dominantes, quanto mais tomam a forma da autodisciplina e da autocensura” (Bourdieu e Passeron, 1992, p. 52).

De acordo com Baquero e Baquero (2007, p. 58) “os baixos índices de potencial de empoderamento e de capital social são reflexos de uma democracia que não estimula a participação do cidadão em geral, e do jovem, em particular”. Destarte o conceito polissêmico das juventudes na sociologia, Barros (2018) atenta que, enquanto problema político, a categoria atua como grupo único, ainda que com diferentes formas de participação, engajamento e repertório, o que dificulta identificar padrões de engajamento político para estudá-los.

3. 3. 2 Internet: nova agência socializadora?

A literatura converge, por ora, que os agentes de socialização política de maior relevância no Brasil são os agentes tradicionais: família, escola e mídia (Schmidt, 2001). Certamente, no século XXI surge um novo agente: as mídias digitais. Todavia, ainda não há consenso na literatura sobre o papel da internet como agente efetivo de socialização política. O que de fato pode-se afirmar é que subculturas, como os jovens, adquiriram espaços para produção, consumo e troca de informações, atuando como receptores-emissores (Castells, 2007). O impacto e influência comportamental do uso massivo das internet e das redes sociais pelos jovens mostra-se incontestável. Porém, cabe aos estudos comportamentalistas na Ciência Política averiguar se há mudança do tipo de valores internalizados pelos jovens na socialização política, e quais seus impactos efetivos.

De acordo com Morais (2017), as Jornadas de Junho de 2013 atuaram como fator indutor para as pesquisas sobre a relação entre socialização política e internet, justamente pois as ideias e planejamento das manifestações foram organizadas e disseminadas em grande parte através das redes sociais. Dados do NUPESAL (2015) demonstram que a socialização tradicional é, ainda, maior que a socialização digital entre os jovens do Sul do Brasil. Em estudo sobre a influência das mídias digitais na socialização política de jovens, González e Chiodi (2021) identificaram que jovens socializados digitalmente apresentam maiores indicativos à participação política e socialização horizontal, ao contrário do que demonstrou os jovens socializados pelas agências tradicionais.

O papel da internet na socialização política é fonte de opiniões divergentes. Zoghaib (2011 apud Baquero e Morais, 2018), afirma que possibilita maior seletividade, mas, também a possibilidade de informações que corroborem ideias já estabelecidas. Sustain (2003 apud Baquero e Morais, 2018) entende que a seletividade gera cidadãos menos informados, na medida em que a busca por informações que fortaleçam atitudes negativas os torna mais polarizados e intolerantes. Em contraponto, Foghammar (2012 apud Baquero e Morais, 2018) afirma haver uma melhoria no nível educacional a partir da acessibilidade informacional gerada na internet, contribuindo para uma comunidade mais tolerante.

Jennifer Morais (2017) considera que a socialização política dos jovens com o advento das mídias digitais ocorre de forma híbrida, e que o uso massivo da internet não gerou a perda de espaço dos agentes tradicionais. Morais demonstrou, em pesquisa sobre os efeitos do uso da internet enquanto efeito de socialização política nos jovens do Sul do Brasil, que estes consideram a internet confiável, e principal fonte de informação. A cientista política atrela este resultado à “imersão diária e da quantidade de tempo que os jovens passam na internet, além da sua facilidade em usar as ferramentas disponíveis (nativos

digitais)” (2017, p. 99). Morais constatou que a internet é o meio de comunicação mais influente na forma de agir dos jovens entrevistados, levando-a afirmar que “a internet é um agente socializador com grande importância na formação de identidades, nas atitudes e no comportamento dos jovens no Sul do Brasil” (Ibid., p. 108).

Os indicativos sugerem que a internet pode gerar o acirramento do perfil politicamente intolerante dos jovens. De acordo com Morais, “percebe-se que a intolerância política, a polarização política e o discurso de ódio estão entrelaçados nessa nova cultura política que a internet está constituindo” (2017, p. 127). Os debates online que exaltam polarizações e preconceitos prejudicam o funcionamento do regime democrático e abre palco para disseminação dos discursos de ódio. Segundo Baquero e Morais (2018. p. 83):

No caso brasileiro, em virtude dos acontecimentos políticos nos últimos anos, a internet parece estar contribuindo para guiar atitudes de intolerância política com opiniões divergentes, o que acaba por gerar um discurso de ódio e uma polarização das opiniões. Tais atitudes parecem reforçar a cultura política do mundo real no mundo virtual, visto que, no Brasil, de acordo com pesquisas longitudinais, a população de forma geral não mostra interesse na política, desenvolvendo, assim, atitudes e comportamentos de intolerância.

Constata-se, portanto, que a interferência comportamental da internet nos jovens é unânime. Porém, há dúvidas na forma em que essa influência se dá: ainda que estimule a socialização dos jovens entre seus pares, Morais (2017) e Morais e Baquero (2018) identificaram que contribui para a perpetuação da cultura política híbrida. Conseqüentemente, limita-se a consolidação democrática — urgindo a necessidade de identificação de dispositivos que estimulem positivamente os jovens à interação benéfica, visando o empoderamento cidadão aliado às práticas democráticas.

3. 3. 2. 1 Eleições 2022: a mobilização para voto jovem na internet

Em março de 2022, o número de jovens alistados para comparecerem às eleições gerais era o mais baixo desde a redemocratização. Com a data limite para regularização do Título Eleitoral se esgotando (até 4 de maio), o Tribunal Superior Eleitoral lançou a “Semana do Jovem Eleitor”, de 14 a 18 de março, buscando majorar o número de jovens alistados para comparecerem às urnas em 2 de outubro de 2022, através de chamadas para exercer a cidadania e enfatizando o fácil acesso para solicitação do título, que poderia ser solicitado pela própria internet. Concomitantemente, surge uma mobilização nas redes sociais de influenciadores, celebridades, organizações da sociedade civil, empresas, e times de futebol. O *twittaço* para estimular o voto jovem, com as *hashtags* #boravotar e #meuprimeirovoto teve envolvimento de 82 milhões de usuários, e participação de figuras

públicas, como: os atores Taís Araújo, Lázaro Ramos, Bruna Linzmeyer, os cantores Zeca Pagodinho e Projota, a banda de *reggae* Natiruts, a jornalista Miriam Leitão, entre outros.

A maior propagação do movimento se deu quando a cantora Anitta divulgou um vídeo no *Instagram* para seus mais de 60 milhões de seguidores, estimulando o alistamento eleitoral com o intuito de tirar o atual presidente do poder. O ator norte-americano Leonardo DiCaprio também aderiu ao estímulo, chamando atenção dos jovens brasileiros para “voltarem a favor da Amazônia”. A partir de então, rebatendo as indiretas de Anitta e Di Caprio, bolsonaristas entram no “ringue” para disputa do voto jovem, impondo as *hashtags* *#soujovemsoubolsonaro* e *#soujovemsoubolsonaro2022*, totalizando quase 200.000 *tweets* com as *hashtags* bolsonaristas até o fim de abril.

Os dados demonstram que a busca do alistamento eleitoral pelos jovens aumentou significativamente, com cerca de 290.000 novos títulos emitidos no mês de março (aumento de 45%), passando a superar as eleições de 2014 e 2018. Apesar de que o alistamento não representa a efetivação da participação da forma mínima da democracia entendida aqui e objeto de estudo deste trabalho, o voto, essa breve contextualização demonstra o poder que a pauta de assuntos políticos, considerada desinteressante para os jovens brasileiros, pode adquirir engajamento por meio das redes sociais e dos influenciadores e comunicadores. A mobilização pelo voto jovem pode fornecer dados interessantes para o estudo das redes sociais como um novo agente socializador, em especial nas eleições de 2022.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4. 1 Contextualização do município e das escolas

Sant'Ana do Livramento, município fundado em 1883, localiza-se no oeste gaúcho, na fronteira seca com o Uruguai. Com uma população de 84.421 habitantes, possui forte presença cultural do tradicionalismo gaúcho e influência uruguaia, sendo denominada a "Fronteira da Paz", pela relação simbiótica econômica e culturalmente com sua vizinha uruguaia, Rivera. O município tem como principal fonte de economia a produção agropecuária, com um salário médio mensal de 2,1 salários mínimos e pontuação de 0,727 no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. A cidade conta com 53 escolas de ensino fundamental e 16 de ensino médio, e uma taxa de escolarização de 97,6%. Possui as notas 5,3 e 4,7 no Ideb, anos iniciais e finais do ensino fundamental, respectivamente.

O município da Região da Campanha gaúcha segue quase de forma idêntica o país na intensidade do comparecimento eleitoral dos jovens de 16 e 17 anos das últimas três eleições gerais. Em ambos os casos há uma regressão do comparecimento em 2018, que volta a crescer em 2022, superando os números anteriores a 2018. A única diferença entre o país e o município é no comportamento dos jovens de 17 anos, que apesar de ter aumentado 18% o número de comparecimentos nas últimas eleições em relação à anterior, não chegou a superar o patamar de 2014, ficando 5 pontos percentuais abaixo.

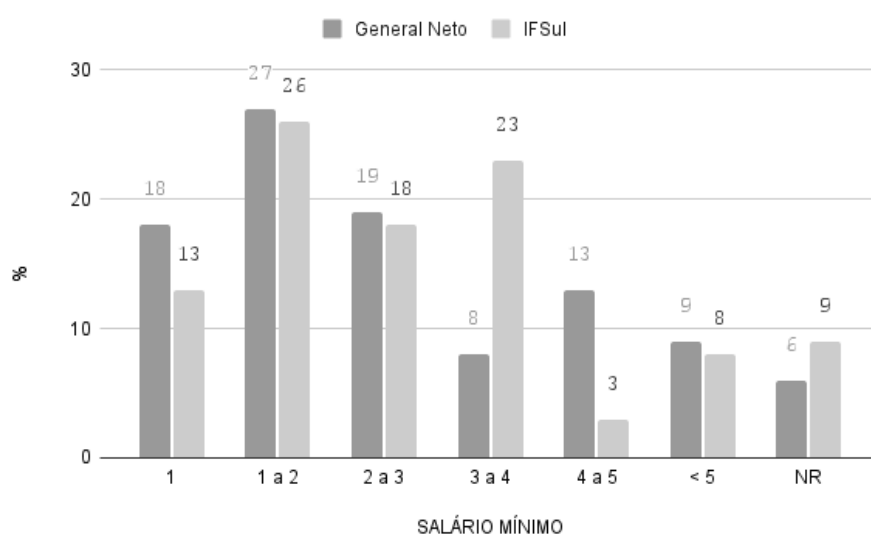
4. 2 Perfil da amostra

Na Escola General Neto o público entrevistado dentro do universo de pesquisa totalizou 75 alunos, sendo 51% do sexo feminino e majoritariamente da cor branca (70%). A maioria, 43%, afirmou não ter religião, e as que apresentaram maior peso entre os entrevistados foram católica e evangélica, numa porcentagem de 19% e 17%, respectivamente. No Instituto Federal Sul-Rio-Grandense - Câmpus Santana do Livramento, totalizou-se 39 questionários aplicados nos jovens de 16 e 17 anos, sendo 61% do sexo masculino, 64% declarados brancos e com a maioria também declarando não seguir nenhuma religião, e a com mais adeptos foi a cristã (18%), seguida pela católica (10%).

Em ambas escolas a maioria dos entrevistados declarou possuir renda média de 1 a 2 salários mínimos em seu núcleo familiar, conforme indica o Gráfico 1. No entanto, na escola General Neto a porcentagem maior encontra-se em até 3 salários mínimos, enquanto

no IFSul 23% dos entrevistados afirmam possuir renda mensal de 3 a 4 salários mínimos, o que indica que na escola da rede federal há uma leve distribuição maior de renda. Conforme sinalizado por Schmidt (2000, p. 167), as variáveis que mostram-se mais decisivas no estudo de valores democráticos são idade, gênero, escolaridade e situação econômica. Como este trabalho foi realizado com jovens de idades pré-estabelecidas, cursistas do ensino médio, torna-se importante ressaltar que as declarações apontam que o nível educacional dos pais dos estudantes da rede federal é maior que os da rede estadual.

Gráfico 1 - Renda mensal núcleo familiar (%)



n General Neto = 75; n IFSul = 39. Fonte: Elaborado pela autora.

4. 3 Socialização política na escola

A partir da Tabela 1 verifica-se um indicativo da diferença das escolas enquanto agentes de socialização política. Na escola da rede estadual apenas 15% dos alunos afirmam que é estimulada a conversa sobre política, já na escola da rede federal são 72% que afirmam positivamente. Ao serem questionados se concordam com o estímulo de conversa sobre política na escola, a maioria nas duas escolas afirmou que sim (85% no IFSul e 69% na General Neto). Os entrevistados tinham a possibilidade de expressar espontaneamente o porquê de concordarem ou discordarem do estímulo de conversa sobre política na escola. Na escola estadual, 88% dos jovens que afirmaram concordar formularam

um motivo, e 76% dos que discordaram. No IFSul todos os que afirmaram e discordaram elaboraram uma resposta. No Quadro 1 pode-se visualizar algumas respostas espontâneas.

Tabela 1 - Estímulo de conversa sobre política na escola

Na sua escola é estimulada a conversa sobre política?	GN		IFSul		Qual é a sua opinião sobre a escola estimular conversa sobre política?	GN		IFSul	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%		<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
	SIM	11	15	28		72	CONCORDA	52	69
NÃO	55	73	7	18	DISCORDA	17	23	4	10
NÃO SABE/NR	9	12	4	10	NÃO SABE/NR	6	8	2	5
Total	75	100	39	100	Total	75	100	39	100

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 1 - Por que **concorda** com o estímulo de conversa sobre política na escola?

General Neto	IFSul
Porque assim traz conhecimento do geral e não do que imaginamos que esteja acontecendo.	Muitos jovens não são ativamente participativos, então a escola estimula esse processo, e mostra que é importante.
É um assunto importante para se debater, o futuro depende disso.	É importante que a nossa geração se posicione, para um futuro democrático.
Para evitar discussões, já que vivemos em um país que idolatra políticos.	É a partir da discussão e conflitos de ideias que melhores ideias são formadas
Se tivesse uma matéria focada em política teria menos pessoas ignorantes.	A escola deve estimular o debate sobre política para o desenvolvimento dos estudantes, de sua cidadania. Contudo, a escola deve se manter neutra em relação à tendência política.
Concordo, contanto que traga diversas visões.	Pois a partir de debates que criamos nosso posicionamento crítico, mas a imparcialidade deve ser mantida por professores e instituição (o que geralmente não ocorre).
Para todos saberem que o voto é importante.	Apoio, contanto que não apoie um lado a mais que o outro - que seja ensinada com parcialidade e respeito.
Acho importante...	Bom saber sobre.
Conscientização, e voto consciente.	É importante que os jovens tenham conhecimento disso, para que assim consigam votar com mais segurança.

Fonte: elaborado pela autora.

Nota-se que, ainda que hajam respostas vagas como “acho importante” e “bom saber sobre” em ambas escolas, os alunos que se posicionaram a favor da discussão sobre política no âmbito escolar têm uma visão de que a temática possa melhorar a vida em sociedade, e em ambas há declarações enfatizando a necessidade da neutralidade ideológica por parte da escola e o voto como uma das finalidades da discussão. No geral, os

alunos do IFSul desenvolveram melhor os argumentos, relacionando o estímulo da escola com a construção da cidadania e de um futuro democrático, enquanto muitas das respostas da escola estadual orbitam em torno de obter um conhecimento geral e no ato de votar. Um dado que demonstra o hibridismo entre a dimensão normativa e prática é que, em ambas as escolas, os jovens que atrelaram a importância do estímulo da conversa sobre política com o preparo para o voto, como o depoimento “*Para todo saberem que o voto é importante...*”, optaram por não exercer o voto optativo. Portanto, admite-se a importância do voto, mas essa importância valorativa não resulta em atitudes concretas de efetivação, atitude característica de uma cultura política híbrida e de uma democracia inercial.

Os valores conservadores predominantes na sociedade brasileira (Moisés, 1995, 2008; Baquero e González, 2016), somados à visão da política como um “assunto proibido” dificulta a educação política (Dantas, 2010 apud Martins, 2012) e a torna uma missão por vezes penosa para gestores e educadores que buscam abordar temas da política em sala de aula. Analisando o fato numa perspectiva cidadã de T. H. Marshall, pode-se entender que a partir do silenciamento da escola sobre assuntos políticos está se cerceando o direito essencial da educação política, incapacitando os jovens para a vida em sociedade. De acordo com José Murilo de Carvalho, sem a fiel aplicação dos direitos civis, “os direitos políticos, sobretudo o voto, podem existir formalmente mas ficam esvaziados de conteúdo e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos” (2002, p. 10).

Quadro 2 - Por que **discorda** do estímulo de conversa sobre política na escola?

General Neto	IFSul
Cada um tem sua opinião e nem todo mundo respeita a opinião do próximo.	Não cabe à escola formar a opinião política do aluno.
Muitos adultos não querem nos ensinar, e sim nos influenciar a apoiar o partido deles (seja lá qual for).	Acredito que não seria um processo que ocorreria de maneira justa.
É pessoal e não tem porque falar na escola.	Cada um tem um pensamento, cada um acredita no que achar melhor.
Acho que quem quer saber sobre precisa ir atrás.	Infelizmente sempre gera conflito.

Fonte: elaborado pela autora.

Os depoimentos contrários à discussão de política na escola demonstram claramente que as percepções dos alunos com esse posicionamento é de que a política é um assunto que traz incômodo, discussões negativas, brigas, e, portanto, deve ser individualizado. Se as instituições não chegam até eles, se eles nem mesmo possuem conhecimento do funcionamento delas, de que forma irão avaliá-las positivamente? Segundo Offe (1999 apud Moisés e Meneguello, 2013), a confiança nas instituições é maior quanto mais elas

asseguem universalidade, impessoalidade e justiça aos cidadãos — ao contrário, passam a perceber o jogo político como uma fraude. Portanto, a falta de confiança é gerada pela avaliação de que as instituições políticas não estão cumprindo sua finalidade, gerando, assim, desinteresse, alienação e cinismo para com elas, por parte dos jovens. O depoimento que afirma “*Acho que não ocorreria de maneira justa*” caracteriza a visão disseminada no senso comum brasileiro, de que a política atende interesses particulares.

4. 4 Percepções e satisfação com a democracia

Para estudar a cultura política de uma sociedade é imperativo entender a percepção dos cidadãos perante o regime. Segundo González (2012, p. 12), as instituições não operam

em um espaço abstrato, de interação entre indivíduos dotados de uma racionalidade universal, cujas escolhas se dão por preferências estáveis e pré- estabelecidas, mas depende dos valores desenvolvidos pelos cidadãos concretos, que podem favorecer ou prejudicar a manutenção ou mesmo sobrevivência destas.

A avaliação da melhor forma de governo sugere indicativos para esta análise. Seguindo a Tipologia de Atitudes Políticas (Moisés, 2008), elaborada para verificar orientações dos cidadãos em relação à democracia, podemos verificar pela Tabela 2 uma presença maior de autoritários e ambivalentes — categoria criada por José Álvaro Moisés para enquadrar atitudes ambivalentes da sociedade brasileira em relação à política.

Na escola General Neto, 75% dos entrevistados entendem a democracia como a melhor forma de governo, já no IFSul o número foi três pontos percentuais menor. Somando os jovens que afirmam não diferenciar entre os tipos de regime e que em circunstâncias é melhor um regime autoritário, totalizam-se 28% dos entrevistados no IFSul e 20% no General Neto. Se analisado junto ao Quadro 2, percebe-se que uma maior socialização política não está diretamente ligada à uma maior adoção de valores democráticos, demonstrando a complexidade da relação entre educação e socialização política democrática, na medida em que parte dos setores mais abastados da população tem apoiado governos autoritários.

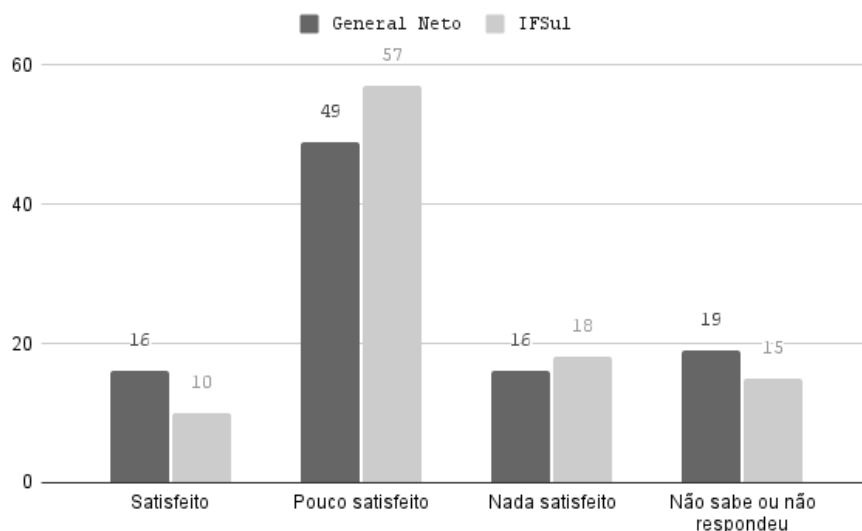
Tabela 2 - Percepção da melhor forma de governo

	GN		IFSul	
	n	%	n	%
A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo.	56	75	28	72
Não vejo diferença se o regime é democrata ou autoritário.	12	16	5	13
Às vezes, um governo autoritário é melhor que um governo democrático.	3	4	6	15
Não respondeu	4	5	0	0
Total	75	100	39	100

Fonte: elaborado pela autora.

O número alto de aceitação ou passividade com formas autoritárias de governo, sendo ainda maior na escola qual indica que assuntos políticos são debatidos e que a escola atua como uma agência socializadora é um alerta preocupante de que os jovens podem estar socializando-se através de uma cultura política negativa, ou seja, não adquirindo valores democráticos. Cabe enfatizar que José Álvaro Moisés atenta que a preferência pelo regime “não pode ser pensada como implicando necessariamente em apoio incondicional a todos elementos” (2008, p. 23). Ainda, segundo Moisés, a insatisfação com o regime sugere que os cidadãos “não sentem que seus direitos de participação e representação - de que dependem a igualdade política e seus corolários, como a igualdade social e econômica - sejam canais efetivos para enfrentar problemas como a corrupção ou as dificuldades econômicas” (2008, p. 36). No Gráfico 2 verifica-se a relação de satisfação com o regime.

Gráfico 2 - Satisfação com a democracia (%)



n General Neto = 75; n IFSul = 39. Fonte: elaborado pela autora.

A insatisfação com o regime democrático não é novidade nas pesquisas comportamentalistas na Ciência Política. O Gráfico 2 aponta o que os pesquisadores na área de cultura política brasileira já vem demonstrando ao longo das décadas pós redemocratização (Moisés, 1995, 2008, 2010; Baquero 2003, 2004, 2016, 2018; González 2014, 2018, 2021; Morais 2017, 2018). A falta de conhecimento sobre o funcionamento

procedimental do regime e das instituições políticas, aliado à sensação de ineficácia porque suas demandas não estão sendo atendidas e à exposição a múltiplos ataques à gestores e instituições afasta e torna a seara política um ambiente hostil aos jovens. Em relação ao apoio difuso e específico à democracia (Easton, 1965), os dados das escolas santanenses corroboram o que fora encontrado por González (2014) em estudo sobre os efeitos das eleições presidenciais no apoio à democracia na América Latina. Segundo o cientista político, a continuidade das eleições nas décadas de pós-redemocratização não gerou apoio generalizado ao regime. Em suas palavras (p. 27):

Os anos seguidos de democracia não parecem ter gerado populações com maiorias qualificadas sólidas dispostas a apoiar a democracia contra qualquer alternativa. E o período democrático tampouco foi capaz de resolver os problemas sociais existentes e gerar um patamar mínimo de satisfação com os resultados entregues pelo regime.

O perigo de que as incertezas operem por prejudicar a adesão dos cidadãos à democracia, por meio de atitudes ambivalentes e dúbias fora indicado por Moisés (2014), e González (2014b) demonstrou que a falta de apoio difuso, ou seja, uma base normativa estável de apoio à democracia enquanto regime político está associada a possíveis tentativas de rupturas institucionais por meio de interrupção de mandatos presidenciais, justamente pela falta de apoio popular às regras e procedimentos democráticos.

Segundo Moisés (2010), os significados que os cidadãos atribuem à democracia possibilitam o estudo sobre a qualidade e a adesão normativa ao regime. Segundo o autor, buscar tal entendimento, frente à realidade singular do país, sugere

como se as pessoas comuns ouvidas pelas pesquisas de opinião estivessem dizendo, por uma parte, que amam a democracia, mas, de outra que, se não odeiam, têm sentimentos contraditórios ou ambíguos a respeito de normas, procedimentos e regras que caracterizam as instituições democráticas, cuja função é assegurar a sua participação na competição pelo poder e nos mecanismos pelos quais as decisões públicas são tomadas. Com efeito, sem que os membros da comunidade política sejam motivados a recorrer às instituições e referenciar a sua ação por ela. (p. 271)

Se, por um lado, a adesão normativa não resulta em apoio prático ao regime democrático no Brasil, perigando a formação de uma democracia sem democratas (Moisés, 2010), o estudo a partir do que os cidadãos conseguem formular a partir do seu entendimento sobre democracia visa buscar aspectos determinantes nas respostas. Os quadros 3 e 4 possibilitam a análise empírica das formulações obtidas na pesquisa.

Quadro 3 - Por que há democracia hoje no Brasil?

General Neto	IFSul
Porque há eleições para escolher os representantes.	O poder do voto está nas mãos do povo.
Meio termo, muitos empregam o nome da democracia sem agir de acordo com o que se trata.	A escolha é fornecida, a incapacidade e ignorância do povo não permite mudança.

Porque temos direitos e deveres se não seria estranho..	Apesar das fraudes cometidas ano passado, a população escolhe seus candidatos.
Sim há, só não é muito valorizado	Embora falha, cheia de problemas e violações.
Pois os governantes do país são escolhidos pelo povo.	Há um visível sistema de representatividade, e há também liberdade política. Pode melhorar.
Hoje temos direitos e opinião e liberdade de expressão.	Ainda há votação e conseguimos ter liberdade de expressão, porém ainda há coisas a melhorar.
Mas não completamente, pois não consideram ou desconsideram a opinião das classes baixas.	Nós escolhemos o representante, por pior que este seja.

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 4 - Por que **não** há democracia hoje no Brasil?

General Neto	IFSul
Pois a escolha da maioria não é respeitada muitas vezes.	Há bastante injustiça e casos em que pessoas abusam de seu poder.
Só se preocupam em beneficiar a si mesmos e aqueles que podem pagar.	A população não se sente representada, e não há igualdade entre os cidadãos.
Sendo sincero, nosso país se encaminha para um cenário onde as pessoas não vão ter liberdade de expressão, por conta do ativismo e imposição que vêm sendo colocados.	Há muito roubo de votos e muitos que não parecem querer ajudar o Brasil.
Os hipócritas da extrema-direita conseguiram dividir o país e causar um caos.	Não existe democracia em um governo corrupto de esquerda.
Estamos virando uma ditadura.	A democracia burguesa é um teatro.

Fonte: elaborado pela autora.

Mesmo com a variância por diferentes perspectivas, oriundas de fatores como a realidade social, a percepção, a satisfação e a própria capacidade cognitiva de elaboração de conceitos, é possível encontrar padrões entre as respostas obtidas. Moisés (2010) entende que a democracia possui diferentes significados, especialmente ao ser consultada por públicos de massa, pois, em detrimento de sua natureza polissêmica, “envolve diferentes conteúdos, formulados e articulados no longo processo histórico de sua formação, os quais resultaram na variedade de significações que ele tem hoje, mas, como é evidente, eles não se opõem ou se anulam” (Moisés, 2010, p. 276). Isso não quer dizer que seja uma limitação de compreensão das pessoas comuns sobre o mundo político; um nível de escolarização alta não habilita os cidadãos para “oferecer de pronto uma definição capaz de sintetizar as diversas significações que o conceito adquiriu ao longo de séculos de desenvolvimento da tradição democrática” (Ibid., p. 276).

As respostas obtidas no Quadro 3 a partir das respostas espontâneas dos alunos que responderam *Sim* (55% na General Neto e 75% no IFSul) para a questão *Na sua opinião, há democracia hoje no Brasil? Por que?* demonstram que os conceitos formulados

aproximam-se da forma minimalista de democracia, justificada pela possibilidade da escolha dos representantes. Declarações como *“Pois os governantes são escolhidos pelo povo”* ou *“Nós escolhemos o representante, por pior que este seja”* demonstram essa percepção. É interessante analisar que em algumas afirmações, onde citam que a democracia existe, porém *“[...] só não é muito valorizado”* ou que *“[...] ainda há coisas para melhorar”* demonstram uma posição crítica ao regime existente hoje, mas não formulam o porquê ou como seria valorizado ou aprimorado.

Algumas declarações demonstram uma posição mais crítica, como dos alunos que afirmaram que a democracia existe no Brasil, *“Mas não completamente, pois não consideram ou desconsideram a opinião das classes baixas”* ou *“Embora falha, cheia de problemas e violações”*. Nota-se que enquanto grande parte dos estudantes associa a existência do regime democrático pelas eleições e a possibilidade de escolha dos representantes pela população, alguns indicam possuir uma visão de que as eleições por si só não garantem uma democracia efetiva, na medida em que, apesar da instituição eleitoral estar consolidada, ainda há vícios sistêmicos que prejudicam a qualidade da democracia, caracterizando-a como incompleta e falha.

No Quadro 4, formulado a partir da resposta *Não* (27% na General Neto e 16% no IFSul⁷) para a pergunta *Na sua opinião, há democracia hoje no Brasil? Por que?* há fortes indicativos do nível de polarização política no cenário brasileiro, ainda que mais de seis meses após as eleições. Encontra-se justificativas para a inexistência da democracia por posicionamento ideológico, como as declarações *“Os hipócritas da extrema-direita conseguiram dividir o país e causar um caos”*, tornando-se ainda mais evidente na declaração *“Não existe democracia em um governo corrupto de esquerda”*. Tais declarações indicam a permanência da divisão na sociedade, que não findou após as eleições, permanecendo um cenário de polarização entre o ex-presidente de extrema-direita e o atual presidente de esquerda, os mesmos principais candidatos ao pleito.

Há declarações em que aspectos contradizentes à democracia são utilizados para justificar a inexistência dela, como a afirmação de que *“Estamos virando uma ditadura”*, *“Nosso país se encaminha para um cenário onde as pessoas não vão ter liberdade de expressão”* ou que *“Há muito roubo de votos [...]”*, demonstrando a percepção da população que o regime democrático no Brasil é meramente formal, capaz de conviver (na opinião de alguns) com aspectos tão deletérios e antidemocráticos como os citados.

⁷ 18% e 9% não responderam nas escolas General Neto e IFSul, respectivamente.

Ao contrário dos alunos que, mesmo caracterizando a democracia como incompleta e falha, afirmam que ela ainda existe, há respostas que justificam o entendimento da não existência da democracia por atrelá-la à justiça e equidade social. Vejamos: “Só se preocupam em beneficiar a si mesmos e aqueles que podem pagar”, “A população não se sente representada, e não há igualdade entre os cidadãos”, “Há bastante injustiça e casos em que pessoas abusam de seu poder”. Tais declarações demonstram que a insatisfação com a democracia, ao ponto de afirmar sua inexistência, se dá pela baixa satisfação com as instituições representativas e com os próprios representantes, a partir da visão que as elites políticas e econômicas abusam de seu poder, enquanto os cidadãos vivem em situações de desigualdade. As instituições, portanto, mostram-se incapazes de solucionar este contexto.

Tabela 3 - O que deve ser feito para que o Brasil melhore?

	General Neto				IFSul											
	SIM		NÃO		NÃO SABE/NR		Total		SIM		NÃO		NÃO SABE/NR		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Mecanismos de prestação de contas	34	45	3	4	38	51	75	100	28	72	1	3	10	25	39	100
Espaços para participação popular, plebiscitos, referendos	33	44	4	5	38	51	75	100	27	69	3	8	9	23	39	100
Os militares assumam o poder	7	9	57	76	11	15	75	100	2	5	31	80	7	15	39	100
Fechar o Congresso Nacional	5	7	29	39	41	54	75	100	4	10	31	80	4	10	39	100
Fechar o Supremo Tribunal Fed.	6	8	34	45	35	47	75	100	2	5	25	64	12	31	39	100

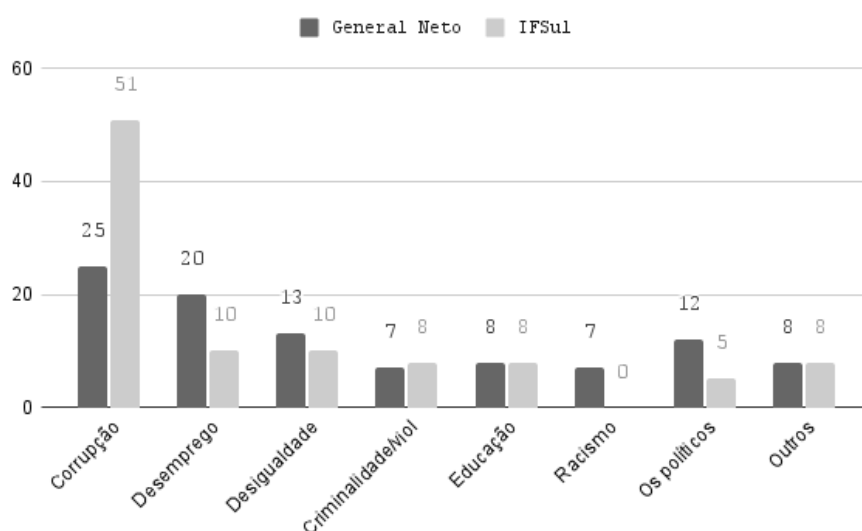
Fonte: elaborado pela autora.

Ao serem questionados sobre fatores concretos que podem melhorar o desempenho do país, encontra-se alguns padrões de escolha nas escolas, podendo ser verificado através da Tabela 3. Menos de 50% dos estudantes da escola General Neto afirmaram que mecanismos de prestação de contas e espaços para participação popular melhorariam o país. No IFSul, cerca de 70% dos estudantes afirmaram que concordam com a adoção de tais práticas. A alternativa que os militares assumam o poder é rechaçada pela maioria em ambas as escolas — 76% no General Neto e 80% no IFSul. Todavia, há um número considerável de estudantes que respondeu não saber, 15% em ambas. O número de estudantes que responderam “sim” e “não sei” para as alternativas de fechamento do Congresso e do STF é alarmante. Na General Neto, 55% concordam ou têm dúvida sobre o fechamento do STF. No IFSul o número é menor mas não menos preocupante, 36%. Sobre

o fechamento do Congresso Nacional, 61% dos estudantes do General Neto responderam sim ou não saber, no IFSul foram 20%.

Chama atenção a grande parcela de respostas “não sei” dos estudantes da escola General Neto na Tabela 3. A partir do entendimento que a capacidade de avaliar instituições está ligado ao conhecimento prévio de ideias básicas sobre o funcionamento e da atribuição destas, e que 73% dos estudantes afirmou não haver estímulo de conversa sobre política nesta escola, pode-se interpretar o alto grau de indecisão pelo baixo nível de conhecimento sobre as instituições. Admitindo-se que o processo de socialização política é diretamente ligado ao nível educacional, o fato da escola não capacitar os estudantes em relação à aspectos do mundo político e da funcionalidade das instituições os incapacita para atuarem de forma participativa e contestatória pois, aliados da oportunidade de criarem orientações cognitivas sobre o sistema, tem menor capacidade de formular orientações valorativas e avaliativas condizentes à cultura política democrática (Almond e Verba, 1989).

Gráfico 3. Qual o maior problema do Brasil? 1º lugar (%)



n General Neto = 75; n IFSul = 39. Fonte: elaborado pela autora.

Solicitados a escolher entre os três maiores problemas do país (Gráfico 3), os dados indicam que a percepção sobre o primeiro maior problema é bem demarcado nas escolas. Mais de 50% dos estudantes do IFSul afirmam que a corrupção é o maior problema do Brasil, enquanto no General Neto as maiores porcentagem são divididas entre corrupção (25%), desemprego (20%) e desigualdade (13%). De acordo com Moraes (2017, p. 138-9),

A corrupção na política naturalizou-se no imaginário popular, nas crenças de que é a política que corrompe o homem e não o homem que corrompe a política. Essa percepção de que os políticos são corruptos também é consequência, em parte, das coberturas jornalísticas dos meios de comunicação e da proliferação em tempo real das notícias na internet. Tal percepção explica a falta de interesse pela política por parte dos jovens, em especial sobre os partidos políticos.

A parcela dobrada que percebe a corrupção como maior problema no IFSul pode ser relacionada com a teoria de modernização de Inglehart e Welzel (2008): a renda média entre os alunos demonstrou-se superior, e a escola possui condições de infraestrutura e ensino de maior qualidade em relação a escola da rede estadual. Portanto, os alunos podem estar menos ligados aos valores tradicionais de sobrevivência (desemprego e desigualdade) e associados a valores seculares, entendendo a corrupção como um vício sistêmico prejudicial ao desenvolvimento do país. Deve-se levar em conta que a juventude brasileira convive com um cenário de exclusão, desemprego e falta de perspectivas (Nazzari, 2005), situação que vai de encontro com as condições que Inglehart e Welzel (2008) afirmam necessárias para a emergência de valores pós-materiais, o que fragiliza a aplicabilidade.

Em estudo sobre o letramento político infantojuvenil, Lúcio Meireles Martins (2012) afirmou que a carga de negatividade simbólica pelos escândalos e polêmicas midiáticas afeta os jovens ao assistirem os mesmos conteúdos que seus pais. Segundo Martins, as crianças conhecem a corrupção antes mesmo de aprender as funções das instituições políticas. Segundo Bernardi et al. (2019, p. 102), mesmo que a corrupção não seja perceptível no dia-a-dia do jovem, “ou talvez nem tenha a compreensão total do fenômeno, [ele] o vê como o maior problema do país, uma vez que essa pauta vem sendo amplamente divulgada pela mídia como um discurso inequívoco e generalizado”. A partir de tais considerações, para constatar se a percepção de corrupção pode ser atrelada à uma exposição midiática maior, é propício averiguar os meios que os jovens afirmam utilizar para se informar sobre política, presentes no Gráfico 4 do próximo subcapítulo.

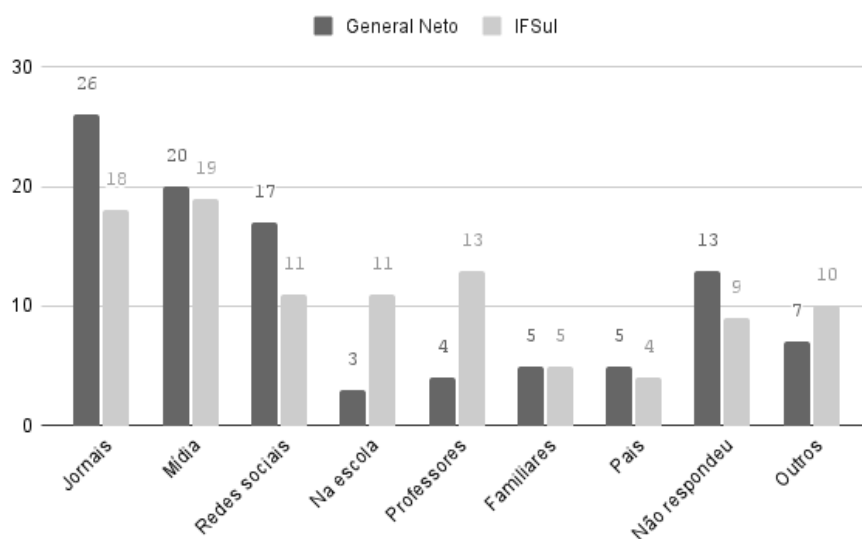
4. 5 O papel das agências socializadoras

A partir do questionamento sobre os três meios mais utilizados para informação sobre política, formulou-se o Gráfico 4, com a soma das três escolhas dos jovens. Na escola estadual os jornais (26%), a mídia (20%) e as redes sociais (17%) são os meios mais utilizados. No IFSul, a mídia está em primeiro lugar (19%), seguida dos jornais (18%) e dos professores (13%). A mídia e os jornais demonstraram-se de importância incontestável em ambas as escolas. É interessante que o terceiro meio mais citado na General Neto seja as

redes sociais, e no IFSul os professores (se somadas as escolhas professores e escola, totaliza-se 23%, ficando em posição de principal meio). O dado indica que quando a escola não se constitui em um ambiente onde a conversa sobre política é estimulada e o assunto é abordado abertamente, os jovens acabam consumindo informações por outros meios.

Com a falta de socialização política na escola, e com a sujeição dos jovens à exposição massiva nas redes sociais, eles acabam por fazer com que as redes sociais, ora instrumento de entretenimento, torne-se um dos principais meios de informação política. Tal indicativo gera preocupações, pois as redes sociais são ambientes com alta proliferação de notícias falsas, as chamadas *fake news*, e discursos de ódio, que retroalimentam “bolhas” sociais e fortalecem a intolerância. A navegação despida de orientações cognitivas, avaliativas e críticas sobre os conteúdos consumidos nas redes sociais pode ser deletério para a formação valorativa dos jovens e para uma cultura política democrática.

Gráfico 4 - Qual o melhor meio para se informar sobre política? Soma (%)



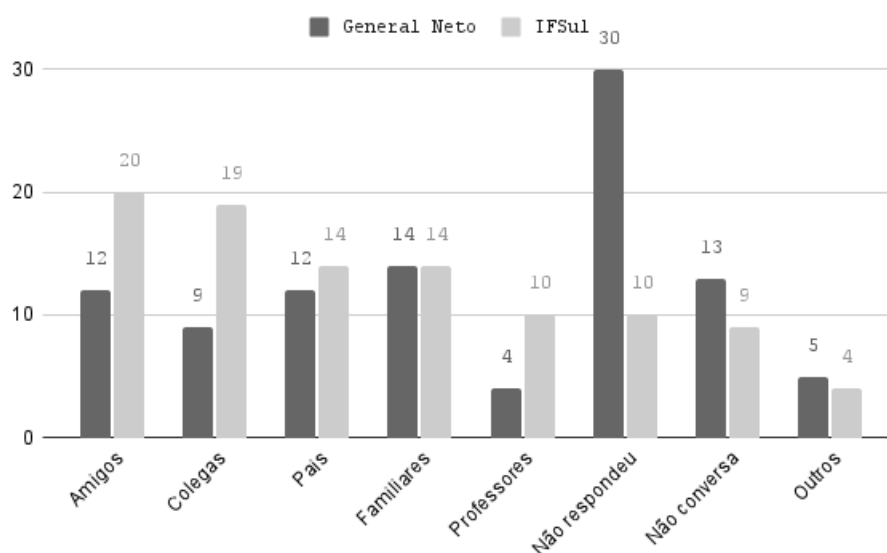
n General Neto = 75; n IFSul = 39. Fonte: elaborado pela autora.

Os jornais e a mídia são apontados como principais meios de informação sobre política, e devido à massiva exposição midiática da corrupção (operação lava-jato; impeachment da presidenta Dilma; CPI da pandemia; “orçamento secreto”; e, atualmente, as jóias roubadas do Estado pelo governo anterior), a percepção sobre o maior problema do país pode ser atribuída pela recepção de informações obtidas através dos meios mais utilizados. De acordo com Moraes, “o entrelaçamento entre a comunicação e a política, ficou

mais evidente nas duas últimas décadas com o surgimento das novas tecnologias de informação.

A mídia vem produzindo um impacto no discurso político, principalmente, através da TV e internet” (2017, p. 82). Dessa forma, pode-se entender que a mídia possui efeitos de socialização latente e manifesta nos jovens, impactando diretamente na sua forma de percepção da realidade social e política. Por meio desta análise é possível identificar motivações para o afastamento dos jovens para com a política, uma vez que “quando o jovem percebe que as instituições políticas, os políticos e o governo são ineficazes em resolver os problemas do país e também estão envolvidos em atos de corrupção, estes tendem a apresentar menos interesse pela política” (Bernardi et al., 2019, p. 99).

Gráfico 5 - Com quem conversa sobre política? Soma (%)



n General Neto = 75; n IFSul = 39. Fonte: elaborado pela autora, 2023.

A partir do Gráfico 5, onde somou-se as escolhas das três alternativas apontadas pelos jovens para a pergunta *Com quem você mais conversa sobre política?* pode-se perceber que os jovens estudantes do IFSul demonstram uma socialização política mais horizontal, na medida em que admitem conversar sobre política com os amigos (20%), colegas da escola (19%), seguido por pais e familiares, ambos com 14%. Na escola General Neto, o número de abstenções nas respostas foi alto (30%), seguido por a opção que não conversa (13%), familiares (14%) e amigos (12%). A diferença na porcentagem obtida entre professores e colegas de escola corrobora os dados que indicam que a falta de estímulo de

conversa sobre política por parte da escola coíbe as possibilidades da ocorrência de uma socialização política por parte dos jovens, que acabam por não dialogar sobre o assunto com professores e se quer com os colegas.

Em ambas escolas, a soma da opção pais e familiares indica que a instituição familiar ainda demonstra ter papel de extrema importância enquanto agência socializadora. O Gráfico 5 indica que a família permanece enquanto principal agência socializadora dos jovens, pois os jovens de escolas distintas, uma que estimula a conversa, outra que não, afirmam que a família ainda atua enquanto agente de maior importância quando se trata de conversas sobre assuntos políticos. No entanto, se soma-se a probabilidade entre colegas e professores, no IFSul, chega-se a um número 1 ponto percentual maior que a soma de pais e familiares. Cabe ressaltar que havia a opção *Amigos das redes sociais*, que teve número ínfimo de votação em ambas escolas.

Tais indicadores vão em parte ao encontro com as constatações obtidas por Moraes, que sugerem que “os jovens tendem a socializar mais com o pais, professores e amigos, demonstrando que a internet e as redes sociais apesar de pautarem as conversas sobre assuntos políticos, elas não eliminam os demais agentes socializadores” (2017, p. 110). Os dados obtidos indicam que os professores (e colegas de escola também) só atuam enquanto agentes socializadores quando o ambiente escolar propicia a discussão política. Indicativos dos efeitos da internet enquanto agência de socialização política nas eleições de 2022 são abordados no próximo subcapítulo.

4. 6 Internet e socialização política

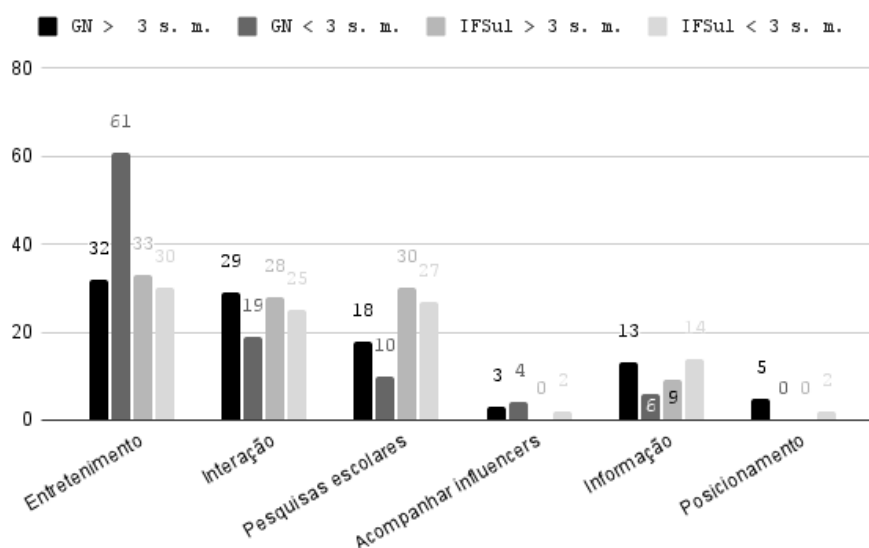
Em pesquisa sobre os jovens do Sul do Brasil, Moraes (2017) identificou que jovens com renda maior utilizam a internet em maior grau para informação e entretenimento, quando jovens de renda inferior utilizam apenas para entretenimento. De acordo com Putnam (2015 apud Moraes, 2017), os jovens repetem padrões de uso da internet dos pais: classes altas buscam informação, enquanto classes mais baixas buscam, em maior grau, o entretenimento. No Gráfico 6 observa-se a relação entre o uso da internet e a faixa de renda.

Os dados da escola General Neto aproximam-se das afirmações de Putnam e Moraes. Os jovens de faixa de renda acima de 3 salários mínimos utilizam praticamente em dobro mais a internet para informação e posicionamento (18%) que os com renda inferior (6%) e menos para entretenimento (32% e 61%). Todavia, não verifica-se inferência causal

na renda com o uso da internet no IFSul. As declarações de uso são muito similares entre as duas faixas de renda, com a diferença de que os jovens com renda abaixo de 3 salários mínimos utilizam mais para informação e posicionamento (16%) em relação aos de faixa de renda acima de 3 salários mínimos (9%), e em menor escala para entretenimento (30%) do que os com renda superior do IFSul e também do General Neto.

Os indicadores do Gráfico 6 sugerem que a oferta de um nível educacional de qualidade faz com que o fator renda não seja determinante na forma do uso da internet. Os dados mostram que os alunos do IFSul utilizam em níveis maiores a internet para pesquisas escolares, indicando que a variável qualidade da educação pode estimular o uso da internet para fins de busca de aperfeiçoamento profissional/intelectual; mesmo que isso não se transmita em sofisticação política diretamente, uma vez que baixa quantidade de jovens utilizam para buscar informações e adquirem posicionamento político.

Gráfico 6 - Uso da internet por faixa de renda⁸ (Soma) (%)



n GN = 75; n IFSul = 39. Fonte: elaboração própria.

Os dados dos Gráficos 4 e 5 indicam que os jovens tendem a consumir as informações relacionadas à política nas redes sociais, mas não chegam a interagir com elas. Segundo Moraes, essa característica dos jovens brasileiros demonstra que há um “caráter híbrido na socialização política dos jovens, onde ora os agentes tradicionais influenciam mais fortemente em alguns aspectos da internalização de valores ora isso é feito pela internet” (2017, p. 107). Direcionando os estudos para o período eleitoral, questionou-se

⁸ Dividiu-se as faixas de renda em maior e menor que 3 salários mínimos.

sobre a influência da internet na socialização política dos jovens, partindo da hipótese de que a polarização política nas redes sociais gerou uma alimentação retroativa destas com assuntos políticos, causando uma socialização latente nos jovens e os estimulando a adotar posicionamentos políticos. Na Tabela 4 verifica-se se o discurso de descrédito nas urnas eletrônicas e no TSEI esteve presente nas redes sociais dos alunos. As afirmações de ter visto conteúdos criticando as instituições eleitorais são altas, a porcentagem na escola General Neto foi de 51% e no IFSul de 67%. Questionados se concordam ou não com as críticas, 19% concordam na escola estadual e 25% na federal.

Tabela 4 - Percepção de críticas sobre o TSE

	Você viu conteúdos criticando o TSE nas redes sociais?				Se sim, você concorda?											
	SIM		NÃO		NR		Total									
	n	%	n	%	n	%	n	%								
General Neto	38	51	21	28	16	21	75	100	14	19	19	25	42	56	75	100
IFSul	26	67	10	25	3	8	39	100	10	25	26	67	3	8	39	100

Fonte: elaborado pela autora

Os alunos tinham a possibilidade de expressarem-se sobre o porquê de concordarem ou não. Entre as respostas, há afirmações de que Concorda, pois “*Se for algo construtivo, sim*”, “*Não estão fazendo seu devido trabalho*”, “*Quando pessoas que eu seguia expressaram sua opinião, foram silenciadas*”, “*Depende do que se trata*”, Discorda, pois “*O assunto era voto impresso*”, “*Ajuda a espalhar desinformação*” e no IFSul, Concordam “*Em partes, pela parcialidade*”, “*Tem horas que sim e tem horas que não, algumas coisas são absurdas*”, “*Depende, se for baseado em argumentos, provas e fatos concretos, sim*” e Discordam, pois “*Em sua maioria, eram discussões que questionavam a veracidade das urnas eletrônicas*”, “*Pois é um sistema justo, seguro e sem risco de corrupções.*”

As respostas espontâneas em relação às críticas ao Tribunal Superior Eleitoral são um demonstrativo do hibridismo na cultura política brasileira. Em geral, há um sintoma de desconfiança perante as instituições. A avaliação é de que as instituições não cumprem seu trabalho, e dependendo do assunto é sempre passível de crítica, ainda que não seja em relação à veracidade dos resultados das urnas eletrônicas. Houve apenas um depoimento que trouxe argumentos baseados em fatos, e em defesa da instituição eleitoral. Os jovens, em sua maioria, mesmo não concordando com as críticas que estavam sendo disseminadas, não posicionam-se em defesa do TSE. A insatisfação com os resultados, e o pouco conhecimento sobre o funcionamento expressa-se em níveis altos de desconfiança.

Novamente, os números de abstenção de respostas na escola General Neto ao tratar-se de temas institucionais indica que os jovens não sentem-se à vontade para falar sobre questões relativas à funcionalidade das instituições políticas. As críticas ao Tribunal Superior Eleitoral e à veracidade das urnas eletrônicas são um exemplo de como conteúdos de notícias falsas direcionados nas redes sociais podem ser danosos à funcionalidade democrática, ainda mais quando encontra terreno fértil em usuários das redes sociais que não possuem capacidade crítica e conhecimento prévio sobre a funcionalidade do sistema.

Tabela 5 - Socialização por *influencers* nas redes sociais

		General Neto		IFSul	
		<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Você viu influencers ou artistas falarem de política, nas redes, no período eleitoral?	SIM	66	88	35	90
	NÃO	5	7	0	0
	NÃO LEMBRA/NR	4	5	4	10
	Total	75	100	39	100
Se sim, acha que a opinião dele lhe fez refletir?	SIM	32	43	17	44
	NÃO	28	37	15	38
	NR	15	20	7	18
	Total	75	75	39	100

Fonte: elaborado pela autora.

Os números apresentados na Tabela 5 são contundentes, 88% dos jovens da escola General Neto afirmam que lembram de ver influencers ou artistas falando sobre política nas redes sociais no período eleitoral. Já no IFSul foram 90% dos jovens que afirmaram. Ao serem questionados se o posicionamento trazido pelo influenciador o fez refletir, 43% afirmaram que sim na escola estadual e 44% na escola federal. Ainda que o uso das redes sociais seja caracterizado pela retroalimentação de conteúdos similares reproduzidos pelas “bolhas” sociais de cada usuário, os dados obtidos parecem demonstrativos da extrema visibilidade que o acirramento e polarização política teve nas redes sociais, e da possível influência disso na socialização política dos jovens, que, de uma posição de apatia política, tiveram de conviver com integrantes da sua rede social trazendo assuntos políticos para seus *feeds*, fazendo ainda com que grande parte deles refletissem sobre o conteúdo.

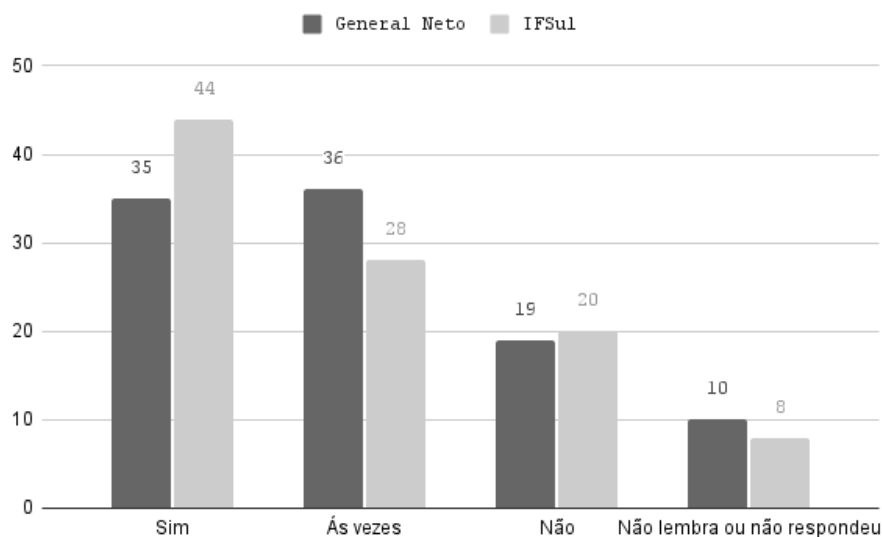
Os dados do Gráfico 7 vão ao encontro das informações trazidas na Tabela 5. Questionados se a proliferação de assuntos políticos nas redes sociais os levou a procurar saber mais sobre o assunto, entrando nas páginas e/ou perfis que falavam sobre política, 71% e 72% dos jovens das escolas General Neto e IFSul afirmaram que sim ou às vezes,

respectivamente. Tais afirmações parecem ecoar no comportamento nas redes sociais dos jovens na época eleitoral. Segundo Moraes (2017, p. 99),

jovens se informam pela internet e confiam em suas informações, considerando-a como fonte de informação antes dos demais meios de comunicação. Isto é resultado da imersão diária e da quantidade de tempo que os jovens passam na internet, além da sua facilidade em usar as ferramentas disponíveis (nativos digitais)

Os indicadores apontam que a proliferação de informações políticas, em decorrência do acirramento eleitoral e da polarização entre os candidatos fez com que os jovens não apenas consumissem assuntos políticos durante o pleito, mas também procurassem saber mais, utilizando as próprias redes sociais como meio de socialização política.

Gráfico 7 - Jovens que entraram em páginas/perfis para saber mais sobre política (%)



n General Neto = 75; n IFSul = 39. Fonte: elaborado pela autora.

4. 7 Motivações e desmotivações para o voto jovem optativo

Dos 75 jovens em situação de voto optativo entrevistados na escola General Neto, 24 votaram (32%), e 19 dos 39 jovens entrevistados no IFSul (49%). De acordo com Baquero, Ranincheski e Castro (2018, p. 94),

do ponto de vista da cultura política, compreender o comportamento das pessoas em épocas de eleições implica analisar como as pessoas entendem o processo político, que atitudes assumem em relação às instituições políticas e gestores públicos, bem como o comportamento efetivamente observável no campo político. A decisão de votar ou se abster numa eleição são um reflexo da forma como uma pessoa decodifica o mundo político do ponto de vista social e econômico [...] tais formas de votar colocam a compreensão das razões do voto no âmbito da formatação da cultura política e sua relação com o progresso democrático, ou não.

Buscar entender as motivações do voto optativo torna-se ainda mais característico na cultura política brasileira, uma vez que a regra da obrigatoriedade surte grande efeito para o comparecimento eleitoral (Baquero e González, 2011). A Tabela 6 fornece indicativos a serem analisadas sobre as motivações do comportamento eleitoral dos jovens; ou melhor, as motivações dos jovens terem optado por um comportamento eleitoral, quando ainda estavam em idade de poder alijar-se, livre de restrições, do ato de votar.

Tabela 6 - Motivações dos jovens que votaram (%)

	General Neto						IFSul							
	CONC/ CONC. PARTE		DISC.		NR		Total		CONC/ CONC. PARTE		DISC.		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Soube que dava para tirar o título pela internet	16	67	5	21	3	12	24	100	15	79	4	21	19	100
Nas redes, percebi que o voto jovem é importante	20	84	1	4	3	12	24	100	17	89	2	11	19	100
Visitei a página do candidato, gostei das propostas	17	71	5	21	2	8	24	100	11	58	8	42	19	100
Vi propagandas do TSE nas redes sociais	14	59	8	33	2	8	24	100	11	58	8	42	19	100
Meus pais me estimularam a votar	15	63	7	29	2	8	24	100	13	68	6	32	19	100
Fui estimulado a votar na escola	5	21	16	67	3	12	24	100	12	63	7	37	19	100
Confiança no candidato que votei	21	88	1	4	2	8	24	100	16	84	3	16	19	100
Confiança no partido que votei	20	84	2	8	2	8	24	100	15	79	4	21	19	100
Descontentamento com o antigo governo	18	75	4	17	2	8	24	100	16	84	3	16	19	100
Medo que houvesse troca no governo	3	12	18	76	3	12	24	100	4	21	15	79	19	100
Posicionamento pelo contexto polarizado	20	84	2	8	2	8	24	100	19	100	0	0	19	100
Legitimar o sistema democrático representativo	19	79	2	8	3	13	24	100	16	84	3	16	19	100

Fonte: elaborado pela autora.

Os jovens de ambas escolas afirmaram, em alto nível, que o conhecimento de que o título poderia ser retirado pela internet atuou como motivação indutora ao voto (67% na General Neto e 79% no IFSul). Tal indicador demonstra que o trabalho de divulgação das inovações institucionais deve ser amplamente divulgado entre a população, de forma acessível e cativante, para que surta efeito de adesão. Questionados se concordam que foram motivados sob a afirmação que *Através da interação nas redes sociais, percebi que o voto jovem é importante*, 84% dos jovens da escola da rede estadual afirmaram que concordam ou concordam em parte, chegando a 89% na rede federal.

Os dados indicam que as redes sociais podem atuar como fator positivo ao voto jovem, na medida em que as “bolhas” sociais dos *feeds* sejam alimentadas com conteúdos favoráveis. Um número substancial de jovens também revelou que visitar a página do

candidato nas redes sociais atuou como fator motivacional, 71% na General Neto e 58% no IFSul. Na disputa acirrada do pleito, com busca ativa dos candidatos por quaisquer votos, conteúdos voltados para os segmentos específicos iam tomando força nas redes sociais, e com os jovens não foi diferente. Para atrair o público jovem, os candidatos contaram com divulgação de vídeos interativos e em plataformas “de jovens”, como o TikTok.

As propagandas do TSE demonstraram ter impacto médio, todavia, é um número surpreendente para uma instituição cuja os jovens não possuem relação de proximidade, afinidade, tampouco confiança. Esse dado indica que ações institucionais podem lograr efeitos no comportamento da sociedade, como a participação (mesmo que descredula com a própria instituição) em momentos específicos, desde que bem orientado — e as redes sociais são um mecanismo eficiente para orientar públicos e instigar a participação.

O estímulo pelas agências socializadoras (pais e escola) demonstrou motivação menor que a gerada pela interação nas redes sociais. Em ambas escolas, as afirmações de que os pais estimularam o voto foram em torno de 60%, já a escola estimulou poucos alunos do General Neto (21%) porém no IFSul a grande maioria, 84%, afirma ter sido estimulada a votar na escola. Tais dados corroboram os obtidos a partir dos Gráficos 4 e 5, a falta de atuação da escola enquanto agência de socialização política abre espaço para que os jovens captem conhecimentos e valores em outras searas, como a internet e as redes sociais.

Os índices de alunos que relacionam motivação do voto com confiança no candidato ou no partido político surpreendem na escola General Neto. Dos alunos que votaram, 88% afirmaram que confiam no candidato e 84% que confiam no partido. Ao cruzar os dados a partir da renda, percebe-se que os estudantes da escola estadual que demonstraram menos abstenções e, portanto, mais conhecimento nas questões sobre instituições, também exerceram o voto optativo. Isso indica que o nível de confiança alto reproduz, em certa medida, o posicionamento de uma parte da escola General Neto. No IFSul, 84% dos votantes afirmaram que a confiança no candidato os motivou, e 79% que a confiança no partido motivou. O apoio menor ao partido é esperado, dado que a cultura brasileira é personalista, não associa o candidato ao partido, e os mecanismos institucionais favorecem tal prática.

Sugerindo um indicativo do porquê mesmo os jovens sem confiança no candidato e no partido optaram por votar, 75% dos alunos votantes na General Neto afirmaram que foram motivados a votar por descontentamento com o antigo governo, já no IFSul o número sobe para 84%. Os dados demonstram um maior engajamento dos alunos votantes no

candidato da oposição ao governo atual, na medida em que patamares semelhantes que afirmaram confiar no candidato também afirmaram o descontentamento com o governo em exercício.

Questionados se *Legitimar o sistema democrático representativo* atuou como motivação para o voto, encontra-se um número alto de afirmações, porém, os jovens os atrelam em menor medida como motivação do que, por exemplo, o contexto polarizado. Esse dado indica que o hibridismo como traço marcante da cultura política brasileira permanece nas novas gerações, na medida em que fatores adjacentes podem causar mais estímulo à participação política do que o fato de legitimar o sistema democrático por si só.

Tabela 7 - Motivações dos jovens que NÃO votaram (%)

	General Neto				IFSul			
	CONC/ CONC. PARTE	DISC.	NR	Total	CONC/ CONC. PARTE	DISC	Total	
	n %	n %	n %	n %	n %	n %	n %	
Não adianta participar da política, nunca muda nada	32 63	16 31	3 6	51 100	8 44	10 56	18 100	
O sistema eleitoral brasileiro não é confiável	28 55	20 39	3 6	51 100	15 83	3 17	18 100	
Política é muito complicado, não me interessa	33 65	15 29	3 6	51 100	14 78	4 22	18 100	
Não havia candidato bom, todos políticos são iguais	37 72	11 22	3 6	51 100	12 67	6 33	18 100	
Votarei apenas quando for obrigatório	42 82	6 12	3 6	51 100	17 94	1 6	18 100	

Fonte: elaborado pela autora

A Tabela 7 possui dados para analisar fatores que levaram os jovens a não exercerem o voto optativo. Em relação aos não-votantes, os dados de ambas escolas se assemelham muito. Começando pelo dado mais alarmante, 55% dos estudantes da escola General Neto afirmaram que o fato do sistema eleitoral não ser confiável foi uma motivação para não exercer o voto optativo. Essa motivação tem ainda mais coró sob os não-votantes do IFSul, 83%. Se, por um lado, Moisés (2013) em *O Desafio da Maioridade das Eleições Democráticas* ressaltava que a desconfiança nas instituições não tratava-se sobre o descrédito, mas sobre o desempenho do mandato preenchido através delas, a situação atual indica o agravamento dessa situação⁹.

Os números altos de desconfiança com o sistema eleitoral entre os não-votantes indica que há uma parcela dos estudantes do IFSul que tem alto grau de insatisfação e desconfiança com as instituições. Cruzando estes dados com os fornecidos pelas Tabelas 2

⁹ Inicia-se quando, em 2014, o presidencialista derrotado pede auditoria ao questionar a lisura das urnas. Em 2022 o discurso negacionista tomou proporções enormes, e o presidente em exercício chega a afirmar que só aceitaria o resultado das eleições com a adoção do voto impresso.

e 7, nota-se que há um grupo de estudantes com características autoritárias e ambivalentes (em opiniões espontâneas foi defendido o voto censitário e o ataque de 8 de janeiro), e suas opiniões demonstram desaprovação e negação às instituições democráticas como um todo.

Analisando as respostas para a questão *Assuntos políticos são muito complicados, não me interessam*, há uma contradição entre o que foi apontado nos dados anteriores, que os alunos da escola estadual tinham menos interesse e conhecimento sobre política: 35% dos estudantes da General Neto negaram, e no IFSul apenas 22%. Isto pode indicar que, conforme o Quadro 2, a maioria dos alunos afirma concordar com a conversa sobre política, apesar da escola não estimular. O dado indica o interesse de uma maior parte dos estudantes da rede estadual que o tema seja abordado, e corrobora o indicativo de que, por não serem socializados politicamente na escola, acabam por procurar em outros meios, nas redes sociais principalmente. A percepção de que *Não adianta participar da política, nunca muda nada* demonstra a ineficácia das instituições em atingirem esses jovens, especialmente os da escola estadual, gerando descrédito e apatia por parte deles. Também demonstra o hibridismo entre esta categoria, se compararmos com os alunos da mesma escola que exerceram o voto optativo e afirmaram ter como motivação a crença na importância do voto jovem, e, em certa medida, confiança no candidato e no partido.

Por fim, há expressiva maioria em ambas as escolas afirmando que votará apenas quando possuírem idade condizente ao voto obrigatório, o que demonstra que a regra de obrigatoriedade ainda surte grande efeito para a participação política dos jovens. Segundo Baquero e González (2011), a adoção da posição de exercer o voto pela obrigatoriedade demonstra um impacto conjuntural negativo para a cultura política. A participação, derivada da obrigatoriedade, no entanto, não significa uma participação assertiva, confiante e empoderada — o que é mais um indicativo de que uma parte das novas gerações estão sendo socializadas sob a mesma cultura política híbrida, com traços autoritários e de descrédito nas instituições democráticas, e que a participação eleitoral não condiz com satisfação ou a busca de legitimação do regime democrático, tampouco expressa a possibilidade de que esteja-se construindo uma socialização política que inculque valores democráticos e participativos na cultura política dos brasileiros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas estudadas, com padrões de qualidade de ensino, condições aos funcionários, infra-estrutura e públicos distintos (considerou-se a renda e a escolaridade dos pais), possibilitaram uma análise comparativa eficiente dos indicadores obtidos. O baixo número de alunos enquadrados para a pesquisa, dada a restrição da faixa-etária, é um fator prejudicial ao estudo. Apesar dos dados não serem demonstrativos, dada suas limitações, da juventude brasileira como um todo, encontrou-se padrões e indicativos de fatores advindos da socialização política destes jovens, que favoreceram ou não a participação nas eleições de 2022 através do voto optativo.

No que tange ao escopo dos objetivos prévios da pesquisa, buscou-se entender as motivações que levaram jovens de 16 e 17 anos a exercerem o voto optativo nas eleições gerais de 2022; analisar o papel das agências socializadoras para a motivação do voto; averiguar se o contexto de polarização política incentivou o voto; explorar a influência de celebridades, *influencers* e da campanha de divulgação do TSE; identificar mecanismos e/ou condicionantes que podem mobilizar a participação política dos jovens. Para responder os objetivos mencionados, encontrou-se uma inferência de fatores que podem atuar favorecendo ou não a participação por meio do voto no público-alvo do estudo. Tais fatores são demarcados pela cultura e socialização política do meio em que este jovem se insere. Destaca-se: família, escola e renda.

Os dados obtidos indicaram que a escola possui grande influência no tipo de socialização política que o jovem obtém. Na escola onde os estudantes afirmaram que a conversa sobre política é estimulada, os jovens apresentaram maior nível de conhecimento sobre as instituições, sofisticação política e capacidade de elaborar argumentos a favor e contra seus posicionamentos. Os alunos, no geral, demonstraram-se favorável à educação política por parte da escola, destacando a necessidade de neutralidade por parte dos educadores, o que aponta para o déficit das escolas em capacitar seus docentes e inserir diretrizes e limites para o diálogo político, levando em conta que é necessário níveis de maturidade e cognição para alcançar níveis de tolerância política, onde pontos ideológicos divergentes sejam discutidos de forma pacífica.

Dessa forma, sugere-se que a escola aborde assuntos políticos sem demonstrar posicionamentos, sobretudo no contexto de acirramento e polarização política brasileiro, que sinalizou estar presente mesmo seis meses após as eleições. Não está se defendendo que educadores não possam demonstrar seus posicionamentos ou nenhum tipo de

silenciamento político, mas uma análise prática a partir dos depoimentos dos jovens, reforçado pelo contexto extremamente polarizada no cenário nacional, onde posicionamentos podem atuar como gatilhos para que o jovem sinta-se desconfortável e associe a abordagem de política na escola à fins negativos.

Conforme indicado pela Ciência Política nacional (Schmidt, 2001; Baquero, 2003, 2004; González, 2018; Morais, 2019), a família permanece sendo a principal agência socializadora entre os jovens. No entanto, a socialização na escola, por conversas sobre política com colegas e professores, demonstrou ter peso igual que os pais e familiares na escola da rede federal, sugerindo que o estímulo por parte da escola sobre o diálogo político possibilita que os jovens obtenham uma socialização mais horizontal, na medida em que também socializam com seus colegas, podendo andar *pari passu* a socialização obtida na instituição familiar. O indicador vai ao encontro à teoria de Almond e Verba (1989), que afirmam que a educação não influi apenas nas perspectivas políticas de forma direta, mas também propicia a inserção do indivíduo em situações sociais quais ele se encontra com outros de nível educativo similar, reforçando o efeito da educação (socialização latente).

A internet demonstrou ser, em maior peso, agência socializadora para jovens que não possuem acesso à informações sobre política na escola, demonstrando a urgência da atribuição do papel da escola enquanto o local privilegiado e adequado para abordar temáticas políticas, assim como a necessidade do espaço curricular para abordagens advindas das Ciências Sociais na educação básica, para que possibilite e favoreça a compreensão estrutural das instituições e dos próprios direitos e deveres. Considerando que “um cidadão educado politicamente é uma condição necessária para o funcionamento democrático” (Baquero e Baquero, 2005, p. 77), a escola deve agir como principal agência socializadora, para inculcar nos jovens competências necessárias para criação de uma cultura política democrática, como características de tolerância, respeito, conhecimento sobre as instituições, e estímulo à participação.

Caso a escola entenda que política é assunto privado e não deva ser tratado na sala de aula, a socialização política dos alunos ficará à cargo da família, amigos, e internet; gerando maior probabilidade de socialização a partir de valores tradicionais e autoritários, favorecendo a reprodução de uma cultura política híbrida (Moisés, 2010), e de uma democracia inercial, em que os cidadãos negam e se afastam das instituições, na medida em que elas reproduzem insuficiências disfuncionais e não atendem às suas necessidades básicas (Baquero, 2003; Baquero e González, 2016). A apatia política e a baixa satisfação

da população formam um regime sem bases normativas de apoio, fragilizando-o e pondo em risco sua própria existência, sujeitando-o a interrupções autoritárias (González, 2012).

A socialização política via internet na época das eleições demonstrou ampla magnitude em ambas as escolas. Mesmo considerando que a navegação nas redes sociais é um fator *sui generis*, que depende da “bolha” social na qual o indivíduo está inserido, os alunos afirmaram em larga escala que tiveram contato com influenciadores e artistas que posicionaram-se politicamente. Entende-se esse dado como reflexo da polarização e do acirramento político, pois inclusive os estudantes da rede federal, que demonstraram menor influência das redes na socialização política, afirmaram que muitas vezes entraram nas páginas dos influenciadores para saber mais sobre o conteúdo político.

À despeito da facilidade do uso e da imersão dos jovens nas redes, esse indicativo pode ser resultado da busca acirrada por votos por parte das correntes ideológicas em disputa, em combinação com características intrínsecas das redes sociais, onde o disparo das mensagens programadas, por meio dos algoritmos, faz com que o navegador da rede social seja receptor de conteúdos com os quais possui afinidade pré-estabelecida pelo próprio algoritmo a partir do histórico do usuário. Segundo Morais (2017, p. 127), “a intolerância política, a polarização política e o discurso de ódio estão entrelaçados nessa nova cultura política que a internet está construindo”, portanto, o envolvimento (e inclusive a mobilização para o voto) pode estar ligada à reprodução de uma cultura política prejudicial à democracia, fortalecendo perfis e ideias extremistas.

Ademais, os dados indicam que o amplo consenso para estimular o voto jovem, que reverberou entre os influenciadores e artistas com grande número de seguidores brasileiros nas redes sociais (os quais, independente do espectro ideológico, faziam campanhas para seus candidatos e geravam engajamento) pode ter atuado como fator favorecedor para a cooptação de jovens em situação de voto optativo. A campanha institucional do Tribunal Superior Eleitoral, intitulada Semana do Jovem Eleitor, não demonstrou ter respaldo entre os jovens em geral. No entanto, os jovens que votaram afirmaram ter tido contato com propagandas do TSE nas redes sociais. Associa-se esta diferença nas declarações com a possibilidade de que a tentativa institucional do TSE tenha tomado novos rumos e narrativas a partir da aderência de influenciadores digitais. Ou seja, o intuito era o mesmo, a cooptação de jovens para o alistamento eleitoral sob o discurso da facilidade de tirar o título via internet, mas cada “bolha” social formulou a orientação de seu discurso direcionando o voto, e, conseqüentemente, descolando-se da “Semana do Jovem Eleitor”.

Não se pode negar a influência dos comunicadores digitais no comportamento dos jovens, o próprio nome intitulado pela categoria, *influencers*, já é um indicativo de como eles operam. É fato consumado que os influenciadores ditam modos de agir, consumir, e padrões sobre o que é bom ou não para grandes massas — e o Brasil está em 3º lugar entre os países que mais consomem redes sociais no mundo. A facilidade de buscar conteúdo político, de não precisar se submeter ao diálogo — muitas vezes indigesto - sobre política; ou do horário eleitoral caricato; de poder identificar-se com os conteúdos produzidos nas redes sociais e disparados em bolhas de jovens são exemplos de fatores que podem demonstrar o porquê dos jovens afirmarem, em grande escala, que foram motivados a votar pela percepção de que o voto jovem é importante, obtida a partir das redes sociais.

Fatores clássicos estruturantes da socialização política, como o papel das agências socializadoras de mais peso na socialização — os pais, a escola e o nível de renda, demonstram atuar como uma pré-disposição valorativa para a participação. Todavia, os dados sugerem que a hipótese trabalhada se aplica no contexto dos jovens estudados. O cenário político e social das eleições gerais de 2022 de extrema polarização aliado ao *modus operandi* das redes sociais e da cultura popular influenciada pelos comunicadores digitais demonstrou ter efeito na decisão de exercer o voto optativo por estes jovens, e que tais fatores atuaram enquanto socialização manifesta e latente, induzindo a participação.

No entanto, a maior participação entre os jovens em situação de voto optativo não demonstrou caminhar junto à mudança dos valores já existentes na sociedade brasileira. González (2012) aponta a impossibilidade de relacionar a realização de eleições com o apoio aos preceitos democráticos por parte da população brasileira. Em suas palavras, “a manutenção de processos eleitorais não tem resultado em uma socialização de valoração positiva da democracia” (p. 12); e a parcela de jovens do estudo corrobora a afirmação.

Os dados encontrados sugerem que a nova geração não está adquirindo capital social positivo para emergência de uma cultura política participativa e contestatória, longe de assimilar-se aos moldes aferidos por Robert Putnam. Tampouco indicou rumos de que a procura pelo voto caminhe junto à aderência democrática por parte da nova geração. Ainda está fortemente presente no cenário político e social a incongruência entre a oferta institucional democrática e a demanda cultural dos cidadãos. As expectativas sociais não são atendidas, e seus problemas estão longe de serem sanados ou mesmo considerados pelas instituições (Baquero, 2003). Se a democracia é uma relação causal entre cultura e estrutura política, e uma democracia estável é condicionada pela sustentação de uma cultura cívica, os dados apontam para a possível perpetuação da instabilidade democrática.

Constata-se que os valores ambivalentes que impedem a formação de vínculos de satisfação e confiança com as instituições democráticas (Moisés, 1995, 2008, 2010) ainda estão presentes em grande parcela dos jovens, que demonstram perceber as instituições sob sentimentos de desconfiança, apatia e desprezo, com baixos níveis de conhecimento sobre suas funcionalidades, o que dificulta uma mudança cultural favorável à democracia, em termos da teoria do desenvolvimento humano de Inglehart. Há um hiato entre o estímulo à participação e a consolidação de valores democráticos, demonstrado pelo fenômeno da polarização política, que indicou estimular os jovens a exercer o voto optativo, porém, a longo prazo, dificulta a inclusão destes em ambientes democráticos, onde possam conviver com diversidades e criar alternativas conjuntas para os problemas.

O desenvolvimento e fortalecimento democrático inicia-se com acesso à informação e capacitação ao desenvolvimento cognitivo e crítico, e a educação ocupa espaço imensurável nessa equação, pois é o único meio capaz de produzir uma nova sociabilidade política aos jovens. Mas como a escola, já entendida nos estudos sobre socialização política como agência importante, e com grande influência sobre os jovens, pode atuar para modificar este cenário?

Os valores autoritários arraigados na sociedade brasileira (González et al., 2021) estão presentes, e são aprendidos e apreendidos pelas novas gerações pela principal agência tradicional de socialização, a família. No entanto, a instituição escolar pode agir para desestabilizar esse ciclo vicioso de retroalimentação de discursos e valores autoritários e antidemocráticos. A escola pública, principalmente, deve atuar contra a reprodução de uma sociedade politicamente passiva e não letrada, a qual sob o discurso de que a política é complicada, suja, ou corrompedora, alija-se da vida pública e passa a adotar o discurso pronto do neoliberalismo e do capitalismo predatório — que deve-se buscar por si mesmo os meios para seu próprio progresso social.

O baixo nível das escolas públicas estaduais e municipais atua como meio de conservação social e reprodução da dominação, na medida em que não ensina seus alunos a exercerem seus direitos, nem minimamente a conhecê-los. Assim, os jovens oriundos da educação pública são socializados de uma forma fadada a permanecer na inércia de acomodarem-se com discursos prontos, seja por meio da mídia (Morais, 2017), ou por meio das agências tradicionais de socialização, reproduzindo a ignorância funcional dos meios de contestação política, permanecendo impossibilitados de buscar atendimento para suas demandas. O ensino de qualidade de ciências sociais na educação básica torna-se imperativo para impedir a persistência desse cenário de exclusão.

A importância do papel educativo nos estudos comportamentalistas na Ciência Política não é novidade. Almond e Verba (1989) afirmam que a cultura política é, em grande medida, determinada pela distribuição da educação numa nação. De acordo com Baquero e Baquero (2005, p. 261), “educar a política e politizar a educação são desafios a serem enfrentados na agenda da Educação e da Ciência Política, a fim que se possam construir práticas mais democráticas capazes de promover efeitos socialmente igualitários”.

Se, sob a ótica de Almond e Verba (1989), as orientações cognitivas são prerrogativas para que se possa desenvolver as orientações afetivas e valorativas necessárias para o favorecimento de uma cultura política democrática, e sob a ótica de Putnam (2008) a criação e o fortalecimento de capital social é advindo de hábitos associativos entre os concidadãos, em espaços onde valores e objetivos são compartilhados e, assim, gerando confiança e expectativas em comum; que a escola seja o espaço primordial para emergência desses fatores.

Somente a garantia de uma educação universal de qualidade pode garantir de forma justa a socialização política necessária para a criação dos fatores psicológicos e culturais que capacitem cognitivamente e intelectualmente os jovens à busca para exercer os direitos garantidos pelo Estado democrático. Estado este que está sujeito à rupturas institucionais pela falta de apoio normativo vindo da população (González, 2014b), e fadado a níveis cada vez mais baixos de apoio e satisfação caso continue a alimentar seus cidadãos com migalhas de educação, e a não garantir-lhe os demais direitos básicos para uma vida minimamente digna.

A emergência de valores favoráveis à uma cultura política democrática na sociedade brasileira depende da universalização de uma educação de qualidade, que possa mitigar os efeitos da reprodução de valores autoritários e antidemocráticos por parte das demais agências socializadoras, onde a socialização política ocorra com fins de conscientização social dos jovens, estimulando-os a funções críticas e contestatórias. Todavia, os prognósticos, reforçados por este estudo, demonstram que estamos fadados a reproduzir os mesmos tristes e perversos padrões, onde o próprio Estado, que deveria assegurar uma educação de qualidade, acaba por legitimar a marginalização da maioria dos jovens. Relembremos: a crise na educação pública não é crise; é projeto¹⁰.

¹⁰ Frase conhecida por ser emitida por Darcy Ribeiro, Sociólogo, ex-senador da República e ex-ministro da Educação, que caracterizou-se por atuar em defesa da educação pública.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture – Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Newbury Park, Sage, 1989.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma [recurso eletrônico]: o herói sem nenhum caráter*. 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019 (1928).

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAQUERO, Marcello. *Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil*. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, 21, p. 83-108, nov. 2003.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. *Capital social e empoderamento no desenvolvimento social: um estudo com jovens*. *Sociedade em Debate*. Pelotas, 13(1): 47-64, jan.-jun. 2007.

BAQUERO, Marcello [ORG]. *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BAQUERO, Marcello; Baquero, Rute; MORAIS, Jennifer. *Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil*. *Educação & Sociedade*, vol. 37, núm. 137, pp. 989-1008, 2016.

BAQUERO, Marcello; BERNARDI, Ana Julia.; MORAIS, Jennifer. A. *Padrões emergentes de uma cultura política juvenil no Sul do Brasil*. *E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, Brasil, v. 12, n. 28, p. 42–63, 2019. Disponível em: <<https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/440>>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BAQUERO, Marcello. GONZÁLEZ, Rodrigo. *Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014*. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 22, nº 3, Dezembro, 2016, p. 492-523.

BAQUERO, Marcello.; GONZÁLEZ, Rodrigo. *Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010*. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p. 369-399.

BAQUERO, Marcello. RANINCHESKI, Sonia. CASTRO, Henrique Carlos de O. *A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial*. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 87-106, jan.-abr. 2018.

BARROS, A. T. de. *Juventude e o poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016*. *Revista Sociedade e Estado - Volume 33, Número 3*, set.-dez. 2018.

BERNARDI, A. J. B.; SILVA, H. S. da.; MORAIS, J. A. de. *Escândalos políticos de corrupção e socialização política dos jovens no Sul do Brasil*. *Campos Neutrais – Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*. Vol. 1, Nº 3, p. 88–106, set.-dez. 2019.

- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Norberto Bobbio; tradução de Marco Aurélio Nogueira. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. "A Juventude é apenas uma palavra". Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983. p. 112-121.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. XI, n. 1, Março, 2005, p. 147-168.
- BORBA, Julian.; Ribeiro, Ednaldo. A. Participação e pós-materialismo na América. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 16, no 1, Junho, 2010, p. 28-63.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas eleitorais. Brasília, DF. Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home?session=207477658296781>>. Acesso em: 08 ago. 2023.
- BULCOURF, Pablo A. Enseñar a comparar: algunos desafíos en la enseñanza de la política comparada en la Argentina. In: Boletín Política Comparada Número 1. Junio de 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- BRASIL, J.; FONSECA, K.; DRAGO, A.; VARGAS, E.; FREITAS, J.; BONOMO, M.; ROSA, E. M. Participação política entre adolescentes em situação eleitoral de voto facultativo. Psicologia Política, vol. 8, n. 15, pp. 79-98, jan.-jul. 2008.
- CASTRO, H. C. O. ; CAPISTRANO, Daniel ; VIZCARRA CASTILLO, SOFIA ISABEL . Valores morais e de autoexpressão: pós-materialismo em/na crise?. REVISTA USP , v. 1, p. 33-46, 2021.
- COLEMAN, James. Social Capital in the Creation of Human Capital. The American Journal of Sociology, Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure (1988), pp. 95-120. Disponível em: <<https://faculty.washington.edu/matsueda/courses/587/readings/Coleman%201988.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2023.
- CREMONESE, Dejalma. Alexis de Tocqueville e os fundamentos cívicos da democracia na América. Teoria e Pesquisa, São Paulo, SP, Brasil, v. 23, n.1, p. 170-193, 2014. Disponível em: <<https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/383/261>> Acesso em: 18 mar. 2023.
- DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? — Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DURKHEIM, Émile, 1858-1917. Educação e Sociologia / Émile Durkheim; tradução de Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- EASTON, David. DENNIS, Jack. Children in political system: origins of political legitimacy. New York: McGraw-Hill, 1969.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 481 ed. rev. São Paulo: Globo, 2003 (1933).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (1936). 3ª ed. rev.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 2001 (1959).

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. O Método Comparativo e a Ciência Política. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho (2008).

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Pessoas ou Instituições: a influência das eleições presidenciais no suporte à democracia na América Latina. *In: Para Além da Terceira Onda - Cultura Política, Capital Social e Qualidade da Democracia na América Latina na Última Década.* Latin American Studies Association - Lasa 2012.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura Política, democracia participativa e protagonismo juvenil. *In: Marcello Baquero. (Org.) A Juventude e os Desafios da Construção da Democracia no Brasil.* 2018, p. 133-160.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Qualidade da democracia, eleições presidenciais e apoio à democracia na América Latina. *Temas y debates.* Rosario, Argentina. vol. 18, n. 20, p. 13-28, jul-dez. 2014a.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, qualidade da democracia e interrupção de mandatos presidenciais na América Latina. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2014, Brasília, DF. Anais eletrônicos [...].* Rio de Janeiro: ABCP. p. 1-20, 2014b.

GONZÁLEZ, Rodrigo. BAQUERO, Marcello. GROHMANN, Luis Gustavo. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. *Debates,* Porto Alegre, v. 15, p. 9-44, maio-ago. 2021a.

GONZÁLEZ, Rodrigo. CHIODI, Alexander. O impacto das mídias digitais como agentes de socialização dos estudantes das escolas públicas em Porto Alegre. *Conexão Política,* v. 10, n. 1, jan./jun. 2021. p. 160-188. 2021b.

GROPPO, Luís Antonio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

INGLEHART, Ronald. Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano. / Ronald Inglehart e Christian Welzel; tradução de Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho; revisão técnica Benício Viero Schmidt. - São Paulo, Francis, 2009.

LEAL, Victor N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1978.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. *In: FORACCHI, M (org.). Karl Mannheim: sociologia.* São Paulo: Ática, 1982. pp. 67-95.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Lúcio Meireles. Educomunicação para a democracia: o programa Plenarinho e o nível de letramento político infanto-juvenil. 2012. 118 f. Monografia (Especialização) – Curso de Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Câmara dos Deputados, CEFOR, Brasília, 2012.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. fe 2008, n. 66, p. 11-43. 2008.

MOISÉS, José Álvaro. Os Brasileiros e a Democracia: Bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, 2010, p. 269-309.

MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (org). A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: Editora USP, 2013.

MORAIS, Jennifer. 2017. Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil. 2017. 286 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2017.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; BAQUERO, Marcello. A internet e a (des)política dos jovens brasileiros. Cadernos de Campo: revista de ciências sociais, Araraquara, n. 25, p. 33-62, jul./dez. 2018.

MORAIS, Jennifer.; BAQUERO, Marcello. Está em andamento a construção de uma nova cultura política juvenil? Emergência e institucionalização da intolerância política como valor político numa cultura híbrida. In: Marcello Baquero. (Org.) A Juventude e os Desafios da Construção da Democracia no Brasil. 2018, p. 17-66; 99-132.

NAZZARI, Rosana Katia. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. Revista Educação Unisinos, v. 9 n. 2, pp. 145-154, mai.-abr. 2005.

NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Porto Alegre). 2015.

NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Florianópolis e Curitiba). 2016.

NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. Banco de dados: Pesquisa com jovens em Porto Alegre. 2019

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SCHMIDT, João Pedro. Juventude e Política no Brasil. A socialização política dos jovens na virada do milênio. Edunisc, Santa Cruz do Sul, 2001.

SCHMIDT, João Pedro. Os jovens e a construção do capital social no Brasil. *In*: Marcello Baquero. (Org.). Democracia, juventude e capital social no Brasil. 1ed. Porto Alegre: Ufrgs Editora, 2004, v. 1, p. 147-179.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007 (1981).

TOCQUEVILLE, Alexis. A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático / Alexis de Tocqueville; tradução: Eduardo Brandão; prefácio, bibliografia e cronologia François Furet. - 2a ed. - São Paulo : Martins Fontes, 2005.

ANEXO - QUESTIONÁRIO DO SURVEY

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PESQUISA SOBRE O VOTO JOVEM OPTATIVO NAS ELEIÇÕES DE 2022
Pesquisadora: Isabella Braz Antonello | isabellantonell@gmail.com | (55) 9 9971-9725

Município: Porto Alegre Santana do Livramento
Escola: Infante Dom Henrique IFRS POA General Neto IFSUL SL

Olá, estudante! Sou a Isabella, irei aplicar e analisar os dados coletados. Esta pesquisa servirá para analisar como está se dando a relação dos jovens com a política, a partir das eleições gerais de 2022. Foste selecionado pois na data do evento tu tinhas a idade onde o voto é optativo, que será meu critério de análise. Tua participação é muito importante para este estudo. Muito obrigada!

INSTRUÇÕES GERAIS

1. OS DADOS SÃO CONFIDENCIAIS E SECRETOS, NUNCA SERÁ ATRIBUÍDO SEU NOME;
2. NÃO SE PREOCUPE: NÃO HÁ RESPOSTA CERTA OU ERRADA, APENAS SUA OPINIÃO;
3. PESQUISAS GERAM DADOS PARA ESTUDAR E APRIMORAR A REALIDADE. POR FAVOR, RESPONDA COM SINCERIDADE;
4. COLETAREI DADOS GERAIS, E APÓS ALGUNS DADOS ESPECÍFICOS PARA ENTENDER A TUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA.

- a) Ano do Ensino Médio: 1º 2º 3º b) Idade: __ c) Data nascimento: __/__/____
d) Sexo: Feminino Masculino Outro. Qual? _____
e) Etnia: Indígena Branca Negra Parda Outra. Qual? _____
f) Possui religião?: Sim. Qual? _____ Não
e) Frequenta Igreja? Sim. Qual? _____ Não

1. **Você tem acesso à Internet? Se sim, onde? (Pode marcar mais de uma alternativa)**

Em casa Na escola No celular

2. **Para o que você costuma usar a Internet? Escolha três: 1 no 1º lugar, 2 no 2º, 3 no 3º**

- 😊 Entretenimento (filmes, séries, vídeos, memes)
 🗨️ Interação com amigos e conhecidos
 📖 Pesquisas escolares
 😊 Acompanhar a vida de influencers e pessoas que gosto
 🗞️ Para informação sobre o que está acontecendo no Brasil e no mundo
 🗣️ Para me posicionar e opinar sobre os assuntos em pauta

3. **Sua escola possui grêmio, conselho escolar, ou alguma organização estudantil?**

SIM NÃO NÃO SEI 3a) Se SIM, tu participa? Sim Não Já participei

4. **Na sua escola é estimulada a conversa sobre política?**

SIM NÃO NÃO SEI

4a) **Qual é a sua opinião sobre a escola estimular conversa sobre política?**

- Concordo. Por quê? _____
 Discordo. Por quê? _____

5. **Você já participou de votações na escola?** (ex: representante de alunos, escolha da direção...)

SIM NÃO NÃO LEMBRO

6. **Em termos ideológicos, onde você se posicionaria?**

Extrema-Esquerda Esquerda Centro Direita Extrema-Direita

7. **Qual você acredita ser a melhor forma de governo?**

A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo.
 Às vezes, um governo autoritário é melhor do que um governo democrático.
 Não vejo diferença se o regime é democracia ou autoritário.

8. **Na sua opinião, há democracia hoje no Brasil?**

SIM. Por quê? _____
 NÃO. Por quê? _____

9. **O que é necessário para que haja democracia?** Escolha três: **1** no 1º lugar, **2** no 2º, **3** no 3º

Garantia de direitos e deveres Políticas que beneficiem todos
 Igualdade entre os cidadãos Votação para presidente e legisladores
 Eleições regulares Garantia da propriedade privada
 Liberdade de expressão Poder criar e filiar-se a partidos políticos
 Direito à educação pública Outro: _____

10. **Em relação à democracia hoje no Brasil, como você se sente?**

Satisfeito Pouco Satisfeito Nada Satisfeito Não sei

11. **O que você pensa que deve ser feito para que o Brasil melhore?**

	SIM	NÃO	NÃO SEI
11.1 O cumprimento das leis por governantes e governados			
11.2 Que os militares assumam o poder/governo			
11.3 Que a população vote corretamente			
11.4 Mecanismos de prestação de contas à população			
11.5 A volta da operação Lava-Jato			
11.6 O fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF)			
11.7 Espaços para participação popular, como plebiscitos e referendos			
11.8 Ações mais enérgicas da polícia contra os bandidos			
11.9 O fechamento do Congresso Nacional (Deputados e Senadores)			
11.10 Tributação das grandes fortunas			
11.11 Ampliação das cotas em universidades e concursos			

12. **Qual você acha ser o maior problema no Brasil?** Escolha três: **1** no 1º lugar, **2** no 2º, **3** no 3º

Desemprego O sistema judiciário Desmatamento ambiental
 Os políticos Desigualdade social Criminalidade/violência Educação
 Corrupção Racismo estrutural Transporte público Outro. Qual? _____

13. Com quem você costuma conversar sobre política? Escolha três: **1** no 1º lugar, **2** no 2º, **3** no 3º

- Professores Colegas da escola Amigos Líder/companheiros da Igreja
 Familiares Amigos das redes sociais Pais Não converso sobre política

14. Qual o melhor meio para se informar sobre política? Escolha três: **1** no 1º lugar, **2** no 2º, **3** no 3º

- Na mídia Na escola Com influencers Em jornais
 Com os pais Com familiares Com professores Com amigos
 Na igreja No youtube Nas redes sociais Em podcasts

15. Você lembra de escutar assuntos políticos da sua família na infância e adolescência?

- SIM NÃO NÃO LEMBRO

15a) Se SIM, acha que seu voto refletiu os ensinamentos herdados por eles? Sim Não

15b) Se NÃO, onde você acha que adquiriu outro posicionamento político? _____

16. Você já participou de alguma discussão nas redes sociais/internet?

- SIM NÃO NÃO LEMBRO

16a) Se sim, qual(is) era o tema(s) da(s) discussão(ões)? _____

16b) Em qual(is) rede(s)? Instagram Twitter Whatsapp Outra: _____

17. Em períodos eleitorais, há a proliferação de propagandas e discussões políticas nos feeds. Isso o levou a entrar em páginas e/ou perfis para ver mais sobre o tema?

- SIM NÃO ÀS VEZES NÃO ME LEMBRO

17a) Você viu algum conteúdo criticando o Tribunal Superior Eleitoral? Sim Não

17b) Se sim, você concorda? Não Sim. Por quê? _____

18. Você viu influencers ou artistas falarem de política, nas redes, no período eleitoral?

- SIM NÃO NÃO LEMBRO

18a) Se sim, acha que a opinião dele/a lhe fez refletir? Sim Não Prefiro não responder

19. Durante sua interação nas redes sociais, você já: (Marque um X)

	SIM	NÃO	NÃO LEMBRO
19.1 Começou a seguir ou acompanhar alguém por afinidade política			
19.2 Deixou de seguir alguém por estar publicando algo que não concorda			
19.3 Deixou de seguir alguém por estar compartilhando fake news			
19.4 Se afastou de amigo/familiar/conhecido por ter opiniões divergentes			

20. Você tirou o seu Título Eleitoral para as Eleições de 2022?

- SIM NÃO PREFIRO NÃO RESPONDER

20a) Se sim, qual foi a motivação para o alistamento? _____

21. Você votou nas Eleições de 2022?

[] 1º TURNO [] 2º TURNO [] NÃO(PULAR PARA A QUESTÃO 23) [] PREFIRO NÃO RESPONDER

21. Se você VOTOU, o que lhe levou a tomar a decisão?

	CONCORDO	CONCORDO EM PARTE	DISCORDO
21.1 Sempre quis votar, é minha forma de exercer a cidadania.			
21.2 Soube que dava para tirar o Título pela internet.			
21.3 Vi algumas propagandas do TSE nas redes sociais.			
21.4 Todo mundo estava falando sobre eleições nas redes, quis participar também.			
21.5 Meus pais me estimularam a votar.			
21.6 Fui estimulado a votar na minha escola.			
21.7 Nós temos que aproveitar a oportunidade de decidir o rumo do país.			
21.8 Se eu não exerço meu direito de votar, depois não posso reclamar da política.			
21.1 Através da interação nas redes sociais, percebi que o voto jovem é importante.			

22. Se você VOTOU, o que lhe motivou?

	CONCORDO	CONCORDO EM PARTE	DISCORDO
22.1 Para legitimar o sistema democrático representativo.			
22.2 Por descontentamento com o antigo governo.			
22.3 Senti necessidade de posicionamento devido ao contexto polarizado.			
22.4 Por confiança no candidato em que depusitei o voto.			
22.5 Por medo que houvesse troca no governo, queria mantê-lo como estava.			
22.6 Estava muito descontente com a realidade atual, queria mudanças no país.			
22.7 Por confiança no partido político em que depusitei o voto.			
22.8 Pelas propagandas eleitorais que assisti na televisão.			
22.9 Visitei a página do candidato nas redes sociais e gostei das propostas.			
22.10 Pelas postagens que vi nos meus feeds em relação ao candidato.			
22.11 Para depois poder cobrar as promessas de gestores e instituições.			

Outro motivo. Qual? _____

23. Se você NÃO VOTOU, se identifica com alguma das opiniões abaixo?

	CONCORDO	CONCORDO EM PARTE	DISCORDO
23.1 Não adianta participar da política, pois nunca muda nada.			
23.2 O sistema eleitoral brasileiro não é confiável.			
23.3 Assuntos políticos são muito complicados, não me interessam.			
23.4 Não havia candidato bom, afinal, políticos são todos iguais.			
23.5 É muito complicado tirar o Título de Eleitor no Brasil.			
23.6 Votarei apenas quando for obrigatório, após os 18 anos.			



24. Você ficou sabendo da “Semana do Jovem Eleitor”, promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral?

- SIM
 NÃO
 NÃO LEMBRO

25. Você reconhece quem falou essa frase ao longo da campanha eleitoral?

“Então, agora é isso hein... me pediu foto quando me encontrou em algum lugar? Se for maior de 16, eu só tiro a foto se tiver foto do título de eleitor”

- Juliette Gil do Vigor Anitta Lázaro Ramos Não faço a mínima ideia

26. Vou citar alguns assuntos políticos que estão em voga para que você responda: se soube do assunto; se concorda; se discorda; se tem alguma opinião sobre.

	LI/OUVI	CONCORDA	DISCORDA	NÃO SEI	TENHO OPINIÃO SOBRE. QUAL?
Projeto de Lei das Fake News (PL das Fake News)					
Proposta para taxaço de compras internacionais (como Schein)					
Movimento para revogação do Novo Ensino Médio (Revoga NEM)					
Ataque às sedes dos Três Poderes (Ataques de 8 de janeiro)					

PARA FINALIZAR, APENAS MAIS ALGUNS DADOS ESPECÍFICOS SOBRE VOCÊ.

- f). Além de estudar, você trabalha? Não Sim Estágio Já trabalhei
g) Com quem você mora? Pais Mãe Pai Parentes Sozinho Outro: _____
h) Qual é a escolaridade de seus pais?

	Mãe	Pai
Fundamental incompleto		
Fundamental completo		
Médio incompleto		
Médio completo		
Superior incompleto		
Superior completo		
Não sei		

i) Qual é a renda do seu núcleo familiar (soma de todos que moram com você)?

- Até um salário mínimo (até R\$ 1.320,00)
 De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 1.321,00 até R\$ 2.640,00)
 De 2 a 3 salários mínimos (de R\$ 2.641,00 até R\$ 3.960,00)
 De 3 a 4 salários mínimos (de R\$ 3.961,00 até R\$ 5.280,00)
 De 4 a 5 salários mínimos (de R\$ 5.281,00 até R\$ 6.600,00)
 Mais que 5 salários mínimos (acima de R\$ 6.600,00)